

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS

PROFESSOR ORIENTADOR ACADÊMICO
AMÉRICO OSCAR GUICHARD FREIRE

GEOVANI ANICIO ANDRADE

**O Levante dos Tenentes como fenômeno jornalístico: A narrativa do
Correio da Manhã**

Dissertação de Mestrado Acadêmico em História, Política e Bens Culturais apresentada
ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC
como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História, Política e Bens
Culturais

Rio de Janeiro, agosto de 2018

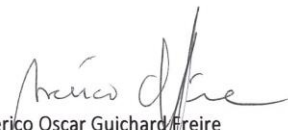
GEOVANI ANICIO ANDRADE

“O LEVANTE DOS TENENTES COMO FENÔMENO JORNALÍSTICO: A NARRATIVA DO
CORREIO DA MANHÃ”.

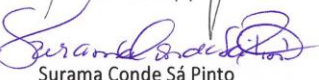
dissertação apresentado(a) ao Curso de Mestrado em História, Política e Bens Culturais
do(a) Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
para obtenção do grau de Mestre(a) em História, Política e Bens Culturais.

Data da defesa: 24/09/2018

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA



Américo Oscar Guichard Freire
Orientador(a)



Surama Conde Sá Pinto
Membro



Marieta de Moraes Ferreira
Membro

Andrade, Geovani Anicio

O levante dos Tenentes como fenômeno jornalístico: a narrativa do
Correio da Manhã / Geovani Anicio Andrade. – 2018.

144 f.

Dissertação (mestrado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio
Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.

Orientador: Américo Oscar Guichard Freire.

Inclui bibliografia.

1. Brasil - Política e governo, 1889-1930. 2. Brasil - História - República
Velha, 1889-1930. 3. Brasil - História - Coluna Prestes, 1924-1927. 4. Brasil -
História - Tenentismo, 1922-1934. 5. Correio da Manhã (Jornal). I. Freire,
Américo. II. Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas. Programa
de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. III. Título.

CDD – 981.056

AGRADECIMENTOS

Parecia uma jornada impossível. Ao escrever essa singela mensagem não consigo parar de lembrar na trajetória até aqui, a prova de seleção, as aulas na FGV, os textos, os trabalhos de conclusão de cada disciplina, isso tudo ministrando desgastantes 42 tempos de aula por semana enquanto professor da rede pública. Isso mesmo, 42 tempos de aula para mais de 500 alunos!

Como disse no começo, essa jornada parecia impossível, mas quando se está cercado por pessoas tão especiais e motivadoras o impossível se torna só mais um leve obstáculo no caminho. Agradeço ao Senhor Cesar e a dona Maria, que mais do que serem meus pais, são minha inspiração de vida. Nunca desistiram de mim, nunca deixaram de puxar minha orelha, não sei se os mereço como pais, sei apenas que não tenho palavras para expressar meu orgulho e meu amor pelos dois.

Agradeço ao meu orientador, professor Américo Freire, com quem aprendi a ser mais crítico em relação as fontes, cujas aulas me apresentaram um conjunto de pensadores do político que estavam distantes do meu horizonte de conhecimento. Agora, mais do que isso, agradeço Américo, por ter tido tanta paciência em me orientar. Muitas vezes não conseguia, dentro dos prazos, dar conta de tudo que deveria fazer na pesquisa, ainda mais em épocas de conselhos

de classe, e lutas por melhores condições de trabalho. Obrigado Professor!

Não poderia deixar de fora desses agradecimentos todos os outros professores com quem convivi nesses dois anos de curso. Bernardo, com suas aulas dinâmicas e leves. Paulo Fontes com debates sempre densos e enriquecedores. Celso Castro, nos fazendo mergulhar em experiências antropológicas inovadoras.

A todos vocês, sou grato por estar podendo escrever esses agradecimentos. Contudo, escrevo esse trecho final, não pensando em uma pessoa, mas sim, pensando NA pessoa. Para você Kelly Cristina Sodré Andrade, minha esposa, minha melhor amiga, minha companheira, meu lar. Eu sei que estar aqui passa diretamente por você, se não fosse seu apoio incondicional provavelmente não chegaria até aqui. Você sempre acreditou em mim, muito mais do que eu mesmo. Você sempre teve uma palavra de apoio, um elogio para que me sentisse bem (mesmo quando meus textos estavam péssimos), sem você não valeria continuar.

Você é doutora da minha felicidade, tem um profundo conhecimento de mim, esse trabalho nunca foi meu, minha vida nunca foi minha. Seremos mestres JUNTOS! Amo você.

Aos meus amados filhos Samantha, Miguel
e Maria Clara. Papai ama vocês.

*Se você não for cuidadoso, os jornais farão você odiar
as pessoas que estão sendo oprimidas, e amar as
pessoas que estão oprimindo.*

MALCOLM X

*Onde a imprensa é livre e todo homem é capaz de ler,
tudo está a salvo.*

THOMAS JEFFERSON

RESUMO

O presente trabalho trata de fazer uma análise da atuação do jornal *Correio da Manhã* como um dos importantes elementos da crise dos anos 20 na Primeira República, para além disso, buscamos apresentar como o periódico construiu uma narrativa própria sobre o movimento de rebeldia de jovens oficiais e praças do exército brasileiro, conhecido na historiografia como *tenentismo*. Esse projeto político do jornal passou por construir a figura de um dos principais líderes tenentistas, Luiz Carlos Prestes, como um herói nacional até o momento de sua conversão ao comunismo.

Palavras-chave: História Política; História do Brasil Republicano; Tenentismo; Coluna Prestes; Análise do Discurso; Construção de Mitos.

ABSTRACT

This paper analyzes the performance of the newspaper *Correio da Manhã* as one of the important elements of the crisis of the 1920s in the First Republic. In addition, we seek to present how the journal constructed a narrative about the rebel movement of young officers and squares of the Brazilian army, known in the historiography as *tenentismo*. This political project of the newspaper went on to construct the figure of one of the main *tenentistas* leaders, Luiz Carlos Prestes, as a national hero until the moment of his conversion to communism.

Keywords: Political History; History of Brazil Republican; *Tenentismo*; Prestes Column; Speech analysis; Myth Construction.

SUMÁRIO

Introdução.....	9
1. O uso da imprensa como fonte de pesquisa.....	15
1.1 Do nascimento da imprensa ao <i>Correio da Manhã</i>.....	30
2. Tenentismo: Um Panorama Historiográfico.....	43
2.1 O Momento Político.....	43
2.2 Economia e Sociedade.....	49
2.3 A Rebeldia Militar.....	55
2.4 O tenentismo: Novas Abordagens.....	63
3. Triunphou a Revolução!.....	77
4. Não Vencemos, mas não fomos vencidos.....	105
5. Considerações Finais.....	134
Bibliografia.....	142

INTRODUÇÃO

As análises aqui apresentadas são, na verdade, a conjugação de dois interesses cultivados ainda no tempo da graduação e que naquele contexto, infelizmente, não puderam ser melhor abordados. A vontade de se trabalhar com uma fonte que era, ao mesmo tempo, tão rica de informação e ainda tão pouco explorada no campo da pesquisa histórica, como a imprensa, e sua utilização enquanto fonte e objeto de estudos, conjugada a análise de um dos períodos mais conturbados no início da jovem República brasileira que foram os anos 20 e, mais especificamente, o movimento militar rebelde liderado em sua maioria por oficiais de baixa patente dentro da hierarquia militar e que passou para a história sob a alcunha genérica de *tenentismo*.

Esse foi um período de grandes agitações políticas e para o pesquisador francês René Rémond, quando se estuda o mundo da política, devemos observá-la em sua íntima relação com o exercício do poder, como o próprio autor aponta:

“Assim, a política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder, assim os partidos são políticos porque têm como finalidade, e seus membros como motivação, chegar ao poder”¹

Cabe então a imprensa² um papel de destaque nesse exercício já que, para muito além da simples mediação, ela pode, através de um conjunto

¹ RÉMOND, René. *Do político*. In: *Por uma história política*. Rio de Janeiro, UFRJ/FGV, 1996;

² Ao me referir no texto à imprensa, estarei me referindo especificamente aos jornais impressos. Outros modais tais como, a imprensa radiofônica, a televisão, revistas e mais recentemente a imprensa digital, mereceriam um estudo à parte, embora muitas das

de ações deliberadas, selecionar e/ou manipular a informação tendo como objetivo colaborar com o sistema político agindo em favor dos grupos dominantes ou, em um outro extremo, se colocar como oposição, criando dessa forma um novo jogo político buscando desencadear mudanças sociais, econômicas e políticas.

“Os meios de comunicação não são, por natureza, realidades propriamente políticas, mas podem tornar-se políticos em virtude de sua destinação”³

Foi nesse processo de reconhecimento do papel político e social exercido pela imprensa que optamos por concentrar nossa pesquisa no *Correio da Manhã* (o mais importante periódico durante boa parte do século XX no Brasil), mais, como este jornal ajudou a conformar um dos mais longos movimentos de contestação aos grupos políticos e econômicos dominantes nesse contexto político de Primeira República.

Fazer uma análise da atuação do *Correio da Manhã* como um dos elementos da crise dos anos 20 e para, além disso, tomá-lo como um personagem importante na conformação do que fora o movimento tenentista pressupõe, antes de tudo, trilhar todo um caminho teórico metodológico que pudesse servir de norte na construção do objetivo traçado desde o princípio.

abordagens apresentadas ao longo da pesquisa possam ser aplicadas para seu estudo também;

³ RÉMOND, René. Op.cit. P. 441;

Não por acaso, no primeiro capítulo, o que se busca é preparar o terreno para o início dessa empreitada. Pintar uma moldura que de alguma forma servisse para nos ajudar a enquadrar o debate atual sobre o uso da imprensa como objeto e fonte de pesquisas, problematizando como a nossa historiografia foi aprendendo a lidar com esse tipo de material. Nas palavras de Capelato, se não podemos falar em um total abandono por parte da historiografia brasileira no século XX em relação aos periódicos, também seu uso se deu de forma lenta.

“Até a primeira metade deste século, os historiadores brasileiros assumiam duas posturas distintas em relação ao documento-jornal: o desprezo por considerá-lo fonte suspeita ou o enaltecimento por encará-lo como repositório da verdade. Neste último caso, a notícia era concebida como relato fidedigno da verdade.”⁴

Assim sendo, o que tínhamos nesse período eram duas abordagens distintas sobre o mesmo objeto, contudo, ambas acabavam por negar a pluralidade e diversidade desses periódicos criando assim uma visão maniqueísta acerca do seu uso. Além de jogarmos uma luz sobre como essa concepção do uso do jornal como fonte, aos poucos, foi sendo superada, o capítulo busca também fazer uma breve análise sobre o surgimento da imprensa nacional no século XIX e suas transformações no início do século XX, fechando essa primeira parte justamente com o contexto da fundação do nosso objeto de estudos o *Correio da Manhã* e algumas de suas primeiras características.

⁴ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p. 21;

Já em um segundo momento, passaremos pelas diferentes visões na historiografia brasileira sobre o contexto econômico e político da década de 20 do século passado e que contribuíram para a chamada crise dos anos 20. Em um cenário político bastante conturbado por conta de disputas cada vez mais acirradas entre as elites agrárias brasileiras, atrelado a tomadas de decisões no campo econômico que acabavam por beneficiar apenas alguns segmentos dentro do escopo social, surge um movimento militar rebelde de contestação à ordem vigente e que se constituiu como um importante elemento de desestabilização político social: *O tenentismo*.

Nesse segundo capítulo, portanto, veremos as diferentes análises no campo da historiografia com relação à origem do movimento desses jovens oficiais e praças do exército brasileiro e suas motivações. O que se buscará tratar será a relação desse movimento com a crise política e econômica da qual o Brasil se via imerso e que terão como ecos, não só as ações de rebeldia dos militares, mas todo um conjunto de acontecimentos que demonstrariam o quanto a década de 20 foi marcada pelas disputas oligárquicas e não só isso, mas também o fortalecimento de novos grupos sociais – e me refiro aqui aos setores médios urbanos brasileiros.

Sendo um dos objetivos desse capítulo a análise das ações tenentistas enquanto contestação ao poder constituído, percorreremos a historiografia clássica do movimento problematizando suas demandas

pela visão de diferentes autores. Passaremos por importantes nomes do pensamento social brasileiro como Boris Fausto, Marieta de Moraes Ferreira, Maria Cecília Spina Forjaz, José Augusto Drummond, José Murilo de Carvalho, entre outros. O objetivo desse capítulo é permitir, não só, que possamos conhecer o terreno em que se gestou o movimento pelo qual nosso objeto de investigação, *o Correio da Manhã*, demonstrou grande interesse, como também as diferentes abordagens contidas em nossa historiografia.

No terceiro e quarto capítulos é que entraremos para valer em nosso objeto de investigação. Após termos percorrido uma historiografia sobre a imprensa e seus usos na pesquisa histórica, passando por todo o contexto explosivo dos anos vinte na qual o movimento de rebeldia militar, que seria posteriormente tratado como tenentismo se insere, produzindo um vasto arsenal de análises as mais estanques possíveis, chegamos no coração do trabalho. Aquela que se põe como viga mestra de toda a pesquisa: Como o *Correio da manhã* contribuiu para a construção, e por que não dizermos manutenção ao longo da década, desse importante ator político que foi o movimento tenentista.

Mais do que se limitar a reproduzir em suas páginas os acontecimentos, o jornal alimentou a ação dos militares. O movimento de rebeldia dos jovens oficiais do exército teve, para muitos autores, o aspecto claro de defesa dos interesses de uma determinada classe (a classe média), para outros tantos, as demandas institucionais são o fio condutor para o entendimento dos acontecimentos e há ainda aqueles que

apontam que nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Mas, que as ações desses militares trariam em si um pouco das duas coisas. Porém, todas essas chaves de investigação deixaram de lado o papel do *Correio* na construção da percepção da realidade social sobre os tenentes e no papel que essa construção teve na conduta desses mesmos militares.

Dentro desse cenário de agitações políticas várias, um nome em especial ganhou destaque nas páginas do periódico. Me refiro aqui ao militar rebelde Luiz Carlos Prestes. O Quarto e último capítulo do trabalho se dedica a tentar entender como a figura de Prestes vai ganhando ares de herói nas páginas do *Correio da Manhã*, a ponto de ter sido o seu nome um dos mais lembrados no início do ano revolucionário de 1930 e como sua guinada política em direção ao comunismo fez com que outras lideranças acabassem subindo ao pedestal do *Correio da Manhã*.

Capítulo 1

O USO DA IMPRENSA COMO FONTE DE PESQUISA

Ao observarmos a produção historiográfica no Brasil nos últimos anos notamos significativos avanços metodológicos no trato que os historiadores têm dedicado às diferentes fontes primárias de pesquisa. Se nos detivermos mais especificamente na imprensa escrita como uma dessas fontes primárias, veremos que seu uso, já há algum tempo, se encontra bastante disseminado nas ciências humanas e não mais apenas na condição de fonte, mas sim como, ela mesma, objeto de pesquisa.

Tendo em vista, portanto, o leque de opções que o uso e o estudo da imprensa têm a oferecer às ciências sociais e humanas é que me proponho aqui uma análise acerca das possibilidades de sua utilização na produção de conhecimento científico e alguns importantes debates teóricos desta utilização. Irei apresentar algumas significativas contribuições do uso da imprensa no campo da história cultural, social e em especial, dada sua importância na cobertura dos acontecimentos envolvendo o movimento dos jovens oficiais do exército brasileiro na década de 20 do século passado, conhecido como tenentismo, nos estudos de história política.

Se hoje em dia a utilização de materiais da imprensa, sejam eles periódicos, revistas, sobre os mais diversificados temas se encontra, até certa medida generalizada, não devemos esquecer que nem sempre foi desse jeito. Houve um tempo em que trabalhar ou utilizar a imprensa como fonte de pesquisa significava ter que manusear um material

considerado suspeito por nele estar imbricado uma alta carga de subjetividade, exigindo assim, do pesquisador, uma dose extra de cautela ao lidar com uma fonte de pouca credibilidade.

Segundo Tânia Regina de Luca, eram poucos os trabalhos que utilizam jornais e revistas como fontes de pesquisa. Para a autora, existia uma preocupação em se produzir uma história da imprensa, mas, quando o assunto em questão é produzir conhecimento histórico por meio da imprensa, havia uma resistência enorme por parte dos pesquisadores⁵. Já para Maria Helena Capelato, na insistência dos historiadores em se buscar “a verdade” reside a explicação pelo temor do uso de determinada fonte.⁶

Contudo, nas últimas décadas, mais precisamente a partir da década de 1970, a ideia de documento-monumento, a ideia de que todo documento carrega em si um alto grau de subjetividade e de intencionalidade que todo o pesquisador deve estar preparado chega também às análises de imprensa escrita e dessa maneira aos periódicos em suas variadas formas: jornais, revistas, sejam elas de amplitude local ou nacional ou mesmo em suas diferentes divisões como editoriais, noticiário político ou de variedades, classificados comerciais, artigos assinados, crônicas, as cartas dos leitores, fotografias, charges, entre outros, passam a fazer parte da pesquisa acadêmica e também no ensino

⁵ LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINKSY, Carla Bassanesi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008;

⁶ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988;

de história, tanto na produção de conhecimento acadêmico, quanto no ambiente escolar.

“O redimensionamento da imprensa como fonte documental – na medida que expressa discursos e expressões de protagonistas – possibilitou a busca de novas perspectivas para a análise dos processos históricos. Dessa forma, superou-se a perspectiva limitada de identificar a imprensa como portadora dos ‘fatos’ e da ‘verdade’. Deixaram-se também para trás posturas preconcebidas, que a interpretavam, desdenhosamente, como mero veículo de ideias ou forças sociais, que, por sua vez, eram subordinadas estritamente por uma infraestrutura sócio econômica.

Em estudos recentes, a imprensa tanto constitui memórias de um tempo, as quais, apresentando visões distintas de um mesmo fato, servem como fundamento para pensar e repensar a História, quanto desponta como agente histórico que intervém nos processos e episódios, e não mais como um simples ingrediente do acontecimento, no dizer de Robert Darnton e Daniel Roche.”⁷

Se no cenário historiográfico brasileiro a utilização de periódicos como objetos de pesquisa começa a ser aceita em maior medida a partir da década de 70, no âmbito internacional a realidade era completamente diferente. Na historiografia francesa, por exemplo, não era novidade olhar um periódico como documento histórico. Desde o advento do movimento dos *Annales*, a forma com que as fontes documentais passaram a ser tratadas experimentam uma profunda transformação, houve uma ampliação significativa daquilo que pode ser analisado como fonte de pesquisa histórica e com esse alargamento, fontes ligadas à cultura material, passando por dados estatísticos, imagens, indo dos

⁷ NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (orgs.). **História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2006;

diários pessoais aos jornais passarão a ser, daí para frente, utilizados pelo historiador. Podemos dizer que essa revolução documental e a nova definição daquilo que é fonte histórica, são algumas das grandes novidades trazidas pela turma de Marc Bloch e Lucien Febvre nas primeiras gerações dos *Annales*, valorizando assim a concepção de uma história-problema, com forte apelo à interdisciplinaridade e a inovadora proposta de história total por parte da escola francesa.

Contudo, cabe sempre ao historiador o cuidado de evitar talvez aquela que seja a maior armadilha para quem se utiliza da imprensa como fonte de pesquisa, qual seria: o pesquisador buscar nos periódicos aquilo que ele deseja comprovar nas suas pesquisas e dessa forma adequar o conteúdo dos jornais aos seus objetivos na investigação, quando na verdade, o pesquisador deve interagir com o objeto em um processo de simbiose em que a ação de um é complementada pelo conteúdo do outro e vice e versa.

Ainda segundo Tânia Regina De Luca, o universo dos impressos periódicos, cada vez mais, tem exigido dos pesquisadores análises e reflexões mais específicas a temática. Tal autora chama a atenção para o trabalho de Ana Luiza Martins que, trazendo o debate para o campo da história cultural, aceitou a tarefa de conceituar esse gênero de impresso mapeando questões como a produção e a distribuição⁸. Já para Heloisa

⁸ LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio de periódicos*. In: PINKSY, Carla Bassanesi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008;

de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto, fazendo uso dos periódicos a partir de uma análise de história social, reconhecem o papel da imprensa como agente social ativo e da mesma maneira que Robert Darnton a interpretou, propõe refletir sobre sua historicidade a cada conjuntura estudada.⁹ Darnton inclusive, aponta a imprensa como repositório das memórias de um tempo, contudo, ao apresentar visões distintas de um mesmo argumento deixa sua condição de simples reprodutora dos fatos e acontecimentos e passa à condição de agente histórico que intervém nos processos.¹⁰

Para estas autoras, a problemática da historicidade da imprensa se apresenta como central no debate e seu enfrentamento passa por analisar as articulações desta aos acontecimentos sociais, em outras palavras, incorre em erro o pesquisador que olha a imprensa como espelho de realidades passadas.¹¹

Ao contrário, ter a imprensa como objeto de pesquisa implica em reconhecê-la enquanto constituinte da realidade social modelando formas de pensar e agir de acordo com seus interesses, muitas vezes estritamente econômicos, mercadológicos, outras tantas vezes políticos. Tomar um periódico como objeto de pesquisa demanda do pesquisador que este

⁹ CRUZ, Heloísa de Faria & PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*. In: *Projeto História*, São Paulo, n° 35;

¹⁰ NEVES, Lúcia Maria. B. P. das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia M. Bessone da C. (org.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A / FAPERJ, 2006;

¹¹ CRUZ, Heloísa de Faria & PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*. In: *Projeto História*, São Paulo, n° 35;

tenha a compreensão de que um periódico, não importando qual seja o seu perfil, estará sempre imerso em um jogo de interesses, ora convergentes, ora conflitantes. Não adianta simplesmente apontar que a imprensa ou as mídias em geral carregam em si altas taxas de subjetividades, mas que em sua atuação modelam espaços, definem temas e tendências, mobilizam as massas, constituem adesões e consensos.

Suas páginas nem sempre trarão um relato fidedigno, nelas estão representadas, muitas vezes, a defesa de um posicionamento político, de um grupo econômico, de uma causa social, de um determinado segmento social, diretamente ligados às pressões de governantes, grupos econômicos, consumidores, entre outros. Se, evitar olhar a imprensa como mera reprodutora neutra da realidade é, por um lado, imperativo na pesquisa social afim de não tornar nula sua importância, é igualmente imprescindível ir além de compreender que a imprensa tem sua opinião para, dessa maneira, entendermos que em contextos diferentes a imprensa vai muito além de assimiladora de interesses e projetos de forças sociais conflitantes, ela própria atua, em não raras oportunidades, contribuindo para a articulação desses projetos (como veremos nas ações do *Correio da manhã*, analisadas mais adiante). Em outras palavras, podemos argumentar que, como força social, a imprensa tenta, sempre que possível, produzir hegemonia, para utilizarmos um conceito gramsciano.

Ainda segundo Heloisa de Faria e Maria do Rosário, jornais e revistas atuam, desde o século XIX, seja na formação de novos consumidores, passando pela construção de nossa visão imediata de realidade e de mundo ou mesmo – e diria especialmente – na articulação e divulgação de projetos, valores e comportamentos de dada sociedade (Cruz & Peixoto, 2007, p. 258-259). Se de um ponto de vista da história social o uso da imprensa como objeto de pesquisa conta com um amplo debate, como tratado até aqui, sua importância pode ser notada também em outras áreas do conhecimento histórico, como na história política. Contudo, segundo Wlamir Silva, neste caso, passa a ser condição *sine qua non* pensar o político em sua dinâmica própria, sendo parte das relações de mediação entre a sociedade e o Estado.¹²

Autores como René Remond nos mostram que todos os setores de uma sociedade ou todos os ramos de atividade em algum momento se defrontam com o mundo do político e por conta disso, como bem aponta o autor:

“Nada seria mais contrário à compreensão do político e de sua natureza que representá-lo como um domínio isolado: ele não tem margens e comunica-se com a maioria dos outros domínios. Consequentemente os historiadores do político não poderiam acantonar-se nele e cultivar seu jardim secreto à margem das grandes correntes que atravessam a história. A história política exige ser inscrita numa perspectiva global em que o político é um ponto de condensação.”¹³

¹² SILVA, Wlamir. *A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais (1825-1842)*, in: NEVES, Lúcia Maria. B. P. das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia M. Bessone da C. (org.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A / FAPERJ, 2006;

¹³ RÉMOND, Rene. *Do político, in: Por uma história política*. Rio de Janeiro, UFRJ/FGV, 1996;

Dessa forma, cabe ao pesquisador ultrapassar as barreiras das determinações absolutas de estruturas, materiais ou mentais, da infraestrutura do econômico às formas mais enrijecidas das mentalidades, sobre o político. Assim sendo, para autores como Rene Rémond, a autonomia do político e o papel dos agentes sociais, sejam indivíduos ou grupos, na construção do Estado precisa ser colocado no primeiro plano dos debates.

Após esse rápido comentário sobre o campo da história política e da necessidade de se jogar luz na relação entre os indivíduos na elaboração de um projeto de Estado, voltemos ao nosso foco central de análise. De que maneira o trato da imprensa como objeto de estudos pode iluminar análises nas relações políticas? Se reconhecemos a importância de compreendermos as relações entre sociedade e Estado como relações mediadas, os atores que participam dessas mediações ganham destaque e assim ocorre com a imprensa. Nesse contexto, a imprensa, sobretudo a periódica, é um importante meio de construção de culturas políticas específicas, ou seja, empiricamente observáveis o que a permite exercer um papel historiograficamente bastante relevante.

Assim, se no campo da história social vemos o papel da imprensa como articuladora e propagadora de projetos ligados a determinados grupos, quando migramos nossas análises para o campo da história política notamos o quanto ela atua como meio de criação e circulação de uma cultura política, ela passa a apresentar visões que acabam por gerar referências que terão como características marcantes o fato de

alcançarem estratos e substratos cada vez mais amplos da sociedade, transformando a filosofia política num conjunto de conceitos compreensíveis, e por que não dizermos palatáveis, para um número cada vez mais significativo da sociedade, mesmo que às custas de um discurso muitas vezes raso.

Nesse debate sobre as possibilidades do uso da imprensa como fonte de pesquisa nas ciências humanas, já tendo passado pela história social e pela história política, adentrar ao campo da história cultural me parece natural. Nesse sentido, Ana Luiza Martins em seu artigo *Da fantasia à história: folheando páginas revisteiras* traz uma relevante contribuição à temática da relação imprensa x história cultural quando a mesma aponta o papel absolutamente relevante dos periódicos (e no caso específico de sua pesquisa: das revistas), quando trabalhados *in loco* a partir de uma visão cultural da história, dessa forma procurando evidenciar suas inúmeras possibilidades.

Segundo a autora, o fascínio suscitado pela revista como documento tornou-a irresistível, conjunto lúdico que numa só publicação reúne texto, imagem, técnica, visões de mundo e imaginários coletivos. Os elementos que compõem sua estrutura, mesmo aqueles nos níveis mais elementares como formato, papel, letra, ilustração, tiragem, sugerem indagações que prenunciam a carga de historicidade presente nos periódicos. Tem-se ali o registro múltiplo, do textual ao iconográfico, do extratexto, reclame ou propaganda, à segmentação do perfil de seus proprietários àquele dos consumidores e, segundo Martins, razão pela qual lidar com esse tipo de

documentação requer cuidados em face do risco de induzir o pesquisador desatento a mero exercício discricionário, quase alegórico, do passado.¹⁴

Mais uma vez o tema da historicidade se mostra como fulcral nas análises que tomem a imprensa como fonte primária de pesquisas, continuando suas argumentações Ana Luiza aponta que:

“Nesse sentido, a constância do uso de revistas como fonte histórica vem revelando que frases e imagens de periódicos pinçadas aqui e acolá, descosturadas do mergulho em seu tempo — vale dizer, no imaginário construído ao seu tempo — não iluminam suficientemente o passado. A pertinência desse gênero de impresso como testemunho do período só é válida se levarmos em consideração as condições de sua produção, de sua negociação, de seu mecenato propiciador, das revoluções técnicas a que se assistia e, em especial, da natureza dos capitais nele envolvidos.”¹⁵

Vale ressaltar que, em se tratando de Brasil, estamos lidando com uma sociedade que, via de regra, tem baixo grau de leitura e, assim sendo, as imagens proporcionam uma fácil compreensão do conteúdo a ser propagado nestes periódicos, como podemos perceber, assim como analisar os discursos de um determinado veículo de comunicação requer uma série de cuidados metodológicos, também ao lidarmos com imagens estes mesmos cuidados devem estar presentes. Uma imagem traz em si representações, traços de uma determinada conjuntura histórica.

¹⁴ MARTINS, Ana Luiza. *Da fantasia à história: folheando páginas revisteiras*. In: História [online]. vol.22, no 1, pp. 59-79.);

¹⁵ *Idem*;

A ilustração abaixo retirada das páginas do jornal *Correio da Manhã* representa bem as potencialidades de uma imagem na propagação de determinadas ideias e posicionamentos políticos. Tendo sido um jornal quase sempre muito crítico dos governos oligárquicos ligados ao setor agroexportador, chama a atenção a edição de 5 de julho de 1929 do periódico que, relembrando os levantes militares na cidade do Rio de Janeiro em 5 de julho de 1922 e os ocorridos em São Paulo no mesmo dia, porém, dois anos depois e que tinham como objetivo principal a derrubada, justamente, das elites agrárias dominantes até então, o *Correio da Manhã* publica a seguinte imagem:



Correio da manhã 05 de julho de 1929

Olhemos agora para o contexto político da época. Notaremos que o Brasil se encontrava às portas de mais uma eleição e a figura de Luiz Carlos Prestes despontava como a principal liderança dentro do

movimento dos jovens oficiais do exército, bem como para boa parte dos opositores ao governo, em especial por sua posição de comando na marcha dos militares rebeldes pelo interior do Brasil e que, inclusive, levou o seu nome.

O Jornal, cuja a atuação foi importantíssima na construção da figura de Prestes como grande herói, ilustra não só a imagem do militar sobreposta ao mapa do Brasil, bem como o trata pela patente de general (patente de comando) e convoca os brasileiros a: “cumprirem seu dever”. Isso tudo, às vésperas de uma eleição presidencial.

As imagens dão corpo, trazem elementos que reforçam as representações da realidade. Mas, o uso de imagens não pode ser limitado à “evidência” no sentido estrito do termo, deve-se também levar em conta quais os impactos que essa imagem irá exercer no imaginário da sociedade. Dessa maneira, no exercício de construção de uma narrativa histórica, para além do conteúdo e da forma, é fundamental que levemos em consideração os objetivos daqueles que produzem e/ou reproduzem tais imagens, de tal maneira que o contexto político e social em que as imagens foram criadas estejam sempre no centro das análises.

As imagens são indícios do passado que trazem, entre suas principais características, elementos indispensáveis para a compreensão do período histórico que apresenta, pois, a apreensão da imagem nos possibilita entender as diferentes nuances em que a realidade pode ser representada e a construção de imaginários acerca de um determinado período.

Dentre os muitos aspectos centrais de se analisar ao tomarmos a imprensa como objeto de pesquisa, e aqui já passamos por alguns, não podemos esquecer também de colocarmos em perspectiva outro importante ponto a ser levado em consideração nesse tipo de análise: o movimento de construção do projeto editorial do periódico.

Cabe afinal, ao pesquisador atento, indagar de que modo o periódico constrói sua perspectiva histórica e quem bem aborda essa problemática é o historiador Marco Morel. Ao tratar da imprensa na primeira metade do século XIX, Morel analisa os redatores de periódicos como novos agentes culturais e políticos, os quais, segundo tal autor, tinham nome e rosto dentro de uma sociedade que buscava se efetivar como nação brasileira. Para Morel eram, com frequência, construtores do Estado Nacional.¹⁶ Ainda segundo o autor, no trabalho com imprensa, caberia ao pesquisador a preocupação de se levar em consideração as nuances e a complexidade da produção, circulação, consumo e papel social do fazer jornalístico no Brasil.

Pois bem, percorrido este caminho acerca dos cuidados que o pesquisador deve ter no trato com a imprensa como fonte de pesquisa e objeto de análise, além das possibilidades abertas, nos diversos campos da história, que seu uso possibilita, passemos a uma rápida análise metodológica.

¹⁶ MARTINS, Ana Luiza. & DE LUCA, Tania Regina. (org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo, Ed. Contexto, 2008;

Entretanto, é necessário que fique claro desde o início, que o objetivo aqui não se trata de criar uma espécie de manual de regras para o uso da imprensa. Ao contrário, nossa pretensão aqui é muito menor. O que se busca nessa rápida intervenção é muito mais levantar algumas questões sobre o uso da imprensa que julgamos relevantes em uma pesquisa, até porque, como não poderia ser diferente, a utilização da imprensa não segue um padrão “engessado”, sistemático e estático, longe disso, este varia em sua metodologia de pesquisa, de acordo com o recorte do historiador, do seu objeto central na pesquisa e das possíveis abordagens que ele fará.

Como metodologia de análise desse tipo de fonte, propomos como um primeiro ponto referencial, que se analise a materialidade do periódico e os seus suportes. Afim de localizarmos nossa fonte em um tempo específico buscando, dessa maneira, imbuí-la de historicidade, devemos levar em conta as condições técnicas de produção vigentes no momento de sua elaboração, dentre um conjunto de aparatos tecnológicos que se dispunha, do que foi escolhido e por que. Um outro aspecto relevante no manuseio de um periódico é tentar buscar as funções sociais que ele exerceu. Resumindo: à forma como tal impresso chegou às mãos do conjunto dos seus leitores, estrutura física (tipo de papel, qualidade da impressão, capa, ilustrações), sua formatação e a divisão do conteúdo através de suas páginas, as relações que este mantém com o mercado, a publicidade, seu o público alvo, os objetivos propostos.

Como podemos perceber, não só as condições materiais e técnicas com que um periódico é produzido nos dão pistas de sua historicidade, mas também os contextos socioculturais devem permitir localizar o periódico em um dado momento histórico, uma vez que este não se constitui em um objeto único e isolado. Portanto, o conteúdo material não pode ser dissociado das relações sociais ocupado pela publicação na história da imprensa.

O segundo eixo de análise refere-se ao conteúdo em si (as reportagens, editoriais, escolhas das fotos, ilustrações). Cabe ao pesquisador levar em consideração a subjetividade de quem escreve, pois, a imprensa periódica escolhe, ordena estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar aos leitores. O valor dado a certas notícias, o ritmo do texto e a natureza do conteúdo estão diretamente relacionados ao público alvo que se busca alcançar (camadas sociais específicas, organizações, movimentos sociais), outra característica que se propõe levar em consideração é a redação de um jornal enquanto espaço de discussões intelectuais, relações afetivas e sociabilidades.

Um periódico representa sempre um projeto coletivo, ele reúne pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se objetiva difundir. Sendo assim, identificar os responsáveis pela condução editorial da publicação nos parece mais um aspecto a se atentar em uma pesquisa, de acordo com os rumos que se pretende seguir. Estabelecer os colaboradores mais assíduos, observar as escolhas dos títulos e da

iconografia e quem sabe, dessa forma, traçar um perfil de como os seus diretores observam o passado e imaginam o futuro.

Por fim, como uma última, porém não menos importante, recomendação ao pesquisador que se acha disposto a tarefa de realizar uma análise histórica da imprensa, recomenda-se que o mesmo deva munir-se de paciência e tempo (o que nem sempre se mostra uma tarefa fácil). Prever que irá enfrentar problemas, os mais diversos possíveis, de localização de coleções acessibilidade e condições de consulta, qualidade do material disponibilizado eventualmente ainda existente; necessidade de montar espaços e estratégias para a documentação do material encontrado; continuidade das pesquisas porque, a todo o momento, estão sendo publicados novos materiais ou dados a respeito de uma determinada publicação ou de um período específico que nos auxiliarão no desafio de ler ou entender com a maior propriedade possível um determinado periódico.

1.1. Do nascimento da imprensa ao *Correio da Manhã*

O advento da imprensa no Brasil se deu de forma bastante tardia, em comparação com outros países da América. Assim como tardios também o foram o ensino superior, o surgimento das primeiras manufaturas e a própria abolição da escravidão, ou seja, estar em defasagem em relação a outros países não era um “privilégio” da nossa imprensa, mas sim, um aspecto marcante de uma sociedade já no século

XIX, mas que ainda trazia em si marcas de um passado colonial não muito distante.

Podemos datar o surgimento da imprensa no território colonial a dois marcos fundantes: o lançamento em Londres do *Correio Braziliense*, em 1º de junho, e a criação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 10 de setembro, ambos, portanto, após a chegada da corte portuguesa ao Brasil em 1808. Contudo, como afirma Marialva Barbosa, não se tratava apenas de ter instalado em nosso território um aparato material que propiciasse a disseminação dos primeiros jornais no país. Segundo a autora, para existir a imprensa, esta necessita trazer para si o espectro de transmissora de opinião e informação, é necessário que se desenvolva, na população, a percepção do valor abstrato dos jornais¹⁷.

Assim sendo, no nosso caso específico, foram necessárias algumas décadas após a chegada da família real para que esse valor abstrato da imprensa se difundisse e se cristalizasse e, dessa maneira, acabar gerando um público leitor cada vez mais desejoso por informação. Elucidativo desse “gap” a qual a pesquisadora se refere estava o fato de que, em um ambiente em que a imprensa se encontra em um grau ainda bastante incipiente, agravada por um quadro de profundo analfabetismo, não faz sentido separar a forma impressa dos modos de

¹⁷ BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X. 2010;

comunicação oral. Dessa maneira, mesmo que as notícias que deram início à imprensa no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XIX tenham tido um alcance bastante limitado (letrados em maior ou menor grau), pelas relações sociais existentes nos centros urbanos essas notícias iam se espalhando no “boca a boca”. Ou seja, para obter as informações de um jornal, não necessariamente este devesse ser lido, uma vez que as notícias vêm e vão, nas relações sociais do cotidiano carioca do século XIX.

À medida que a população ia se familiarizando com a ideia dos jornais como fonte de informação, estes passam a não só informarem, mas, também, a formarem opinião. A partir dos anos de 1880 a imprensa abolicionista, fosse em São Paulo, ou em especial no Rio de Janeiro, cresce exponencialmente em número de tipografias. Com isso, temas sensíveis ao cenário político e social da época como o movimento abolicionista e republicano, já debatidos de longa data (pelo menos desde a década de 1870), aumentam, intensificam e polarizam as polêmicas (durante o Período Regencial e o Segundo Reinado, a imprensa, por ser extremamente ácida em suas análises e por não poupar críticas aos governantes, muitas vezes foi tratada como violenta).

No mesmo momento em que os debates políticos e ideológicos se intensificam por meio da imprensa, no final do século XIX, com o apoio cada vez maior da burguesia nacional, mais uma faceta desse jornalismo que vinha sendo praticado no Brasil ao longo do século XIX vai se

constituir: Ele agora buscará se apresentar como imparcial. Contudo, no fundo, o que os jornais buscavam por detrás dessa cortina de imparcialidade era a primazia na construção de uma representação ideal da sociedade.

Com isso, os jornais abandonam a roupagem de geradores de polêmicas que carregaram em boa parte do século XIX e se profissionalizam, passam a tentar conquistar as camadas letradas da sociedade (fundamental neste processo foi a modernização do próprio maquinário que contribuía para tiragens diárias cada vez maiores), cada vez mais os jornais se interessam, não apenas pelo jogo político, mas, pelo jogo do poder político.

Nesse novo contexto socioeconômico, de virada do século XIX para o século XX, não há mais espaço para o amadorismo. Transformados em empresas, os jornais foram importando equipamentos mais modernos, aumentando o número de páginas e a tiragem dos exemplares, passam a depender não apenas do pequeno anúncio e da publicidade particular, mas, sobretudo, da verba oficial (daí a importância de se estabelecer uma aproximação com os círculos de poder).

Essa vontade de conquistar audiência em um mercado cada vez mais disputado, aliada ao interesse de participar do jogo político leva os periódicos a se colocarem em lados opostos. Disputas, rivalidades e lutas explícitas entre eles serão travadas tendo por prêmio (se assim podemos chamar) o posto de porta-vozes dos grupos dominantes. Desse

modo as críticas, desavenças e campanhas devem ser consideradas sob dois aspectos: por um lado, a vontade dos editores em alçarem as suas respectivas publicações ao posto de divulgadoras (e muitas vezes indo além do simples ato de divulgarem, tentando mesmo produzirem) da visão de sociedade que se pretendia hegemônica.

Todas essas disputas de poder entre os periódicos da época se fundamentavam, portanto, em duas premissas básicas: vencer a disputa significava por um lado, pertencer ao grupo político dominante (o que poderia garantir enormes ganhos econômicos) e por outro, aos perdedores dessa disputa restaria a mão pesada do próprio governo. Exemplar dessa condição foi o fato de, proclamada a República, ter sido aprovado logo em seguida em 11 de outubro de 1890, um novo Código Penal que englobou os crimes de imprensa.

Nesse momento inicial do novo regime, o *Jornal do Brasil* despontou como o primeiro grande periódico, mesmo assim, sendo criado só dois anos depois dos acontecimentos de novembro de 1889. Logo em seguida, outros pequenos jornais e panfletos foram surgindo, alguns mais longevos, enquanto outros nem tanto, porém, a repressão do governo em relação à imprensa continuava a mesma. Após fazer duras críticas ao governo do Marechal Deodoro da Fonseca, o jornal *A Tribuna* teve suas dependências invadidas e seus equipamentos depredados (ato conhecido como empastelamento)¹⁸.

¹⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, ed. Mauad 4ª ed,1999;

Contudo, algo estava mudado. Com sua profissionalização e modernização, os jornais adquiriram uma força que não possuíam até então, o resultado desse processo de organização e fortalecimento da imprensa na virada do século XIX para o século XX foi a união de dezessete periódicos com suas sedes no estado, além da adesão de alguns jornais estrangeiros, em torno de uma nota em que se exigia a punição dos culpados pelos atos ocorridos na redação de *A Tribuna*. Ainda que esse gesto não tenha resultado na punição dos culpados, pela primeira vez esses veículos de comunicação que se habituaram a travar uma renhida luta por posição política e econômica, se encontram unidos em prol da defesa de suas posições.

Mas do que isso, os jornais agora começavam a se estruturar como empresas. O século XX é o marco de transição da imprensa no Brasil. A pequena imprensa familiar gradativamente transforma-se em grande imprensa. As pequenas tipografias e os pequenos jornais de estrutura simples cedem espaço às grandes empresas jornalísticas estruturadas com equipamentos gráficos que permitem ser elevada à produção diária.

O resultado imediato desse processo foi o caso dos pequenos jornais, frutos do empreendedorismo individual, que acabaram subsumidos em meio às redações dos grandes veículos que surgiam. A alta burguesia nacional passa a se interessar pelo controle da informação, ficava cada vez mais evidente para esse grupo que adquirir um jornal se constituía tarefa muito mais simples do que fundar um novo. A imprensa, apesar

de ter assumido uma roupagem empresarial, não estava totalmente preparada para isso, faltava a ela a capacidade de se manter de forma competitiva no mercado sem a ajuda financeira do governo.

De um lado temos essa nova imprensa desejosa de se aliar ao governo para garantir sua estabilidade econômica, ao mesmo tempo em que, por parte dos diferentes governos, havia sempre o interesse em ter ao lado as redações desses veículos de massa que poderiam garantir o apoio da opinião pública a determinada política do governo.

Nesse contexto nasceu um dos mais respeitáveis periódicos da imprensa diária de grande tiragem do país e objeto central de toda essa pesquisa. No auge de sua circulação o *Correio da Manhã* chegou a bater tiragens de 200 mil cópias em um único dia, mesmo que no seu início a pretensão de seu idealizador pudesse ter sido bem mais modesta.

O jornal de Edmundo Bittencourt está, sem dúvida, no hall dos mais importantes jornais brasileiros do século XX, lançado em uma época, como acabamos de ver, em que a imprensa se mostrava bastante parcial e interessada no jogo do poder (não nos esqueçamos das disputas pelas verbas públicas), o jornal sempre manteve, como aponta Nelson Werneck Sodré, um aspecto de “ferrenho oposicionismo, de extrema virulência”¹⁹ e oposição ao “extremo servilismo” adotado pelos concorrentes. Em um sábado, 15 de junho de 1901, o *Correio da manhã*

¹⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, ed. Mauad 4ª ed,1999;

publicava sua edição inaugural e se apresentava ao público da seguinte forma:

“Poucas palavras e muita sinceridade, porque desta coluna estamos escrevendo para o povo.

O Correio da manhã não tem nem terá jamais ligação alguma com partidos políticos. É uma folha livre, que vai se consagrar com todo ardor e independência a causa da justiça, da lavoura e do comércio – isto é, a defesa dos direitos do povo, do seu bem estar e das suas liberdades.

(...) Em seu bom senso, nas observações de cada dia, sobejamente sabe o povo que essa nota de neutralidade com que certa imprensa tem por costume carimbar-se é, bastas vezes, um estratagema para, mais a gosto e a jeito, poder ser parcial e mercenária.

(...) jornal que propõe, e quer deveras defender a causa do povo, do comércio e da lavoura, entre nós, não pode ser um jornal neutro. Há de, forçosamente, ser um jornal de opinião, e, neste sentido, uma folha política.

(...) Mas desta política, desapaixonada e nobre, só uma imprensa francamente independente pode se ocupar. Jornais que servem aos interesses de um partido não podem praticá-la, e, muito menos, aqueles que se deixam avassalar pelo governo, entram em contato com a verba secreta da polícia ou são iniciados nos impenetráveis mistérios das duas maçonarias de negócios, que se chamam, entre nós, tesouro federal e banco da República.

(...) O povo está cansado, o povo sente que lhe ocultam a verdade, e que transformam até seus clamores em uma antífona sacrílega de aplausos. O povo quer a verdade, ele compreende que só ela salva e redime, embora às vezes fira. E hoje, mágoa é dizê-lo, todo o programa de um jornal, sincero e independente, pelo qual o povo anela, se pode resumir nestas palavras: dizer a verdade.

É para dizê-la que aqui estamos.”²⁰

Como podemos notar em seu editorial de abertura, Edmundo Bittencourt evoca a ideia de povo muitas vezes, e de fato, desde a sua fundação, é possível notarmos várias ocasiões em que as camadas menos favorecidas da sociedade apareceram em suas páginas. A primeira grande campanha do jornal, e por que não dizermos o verdadeiro *debut*, veio logo no dia seguinte à sua inauguração com a campanha pelo preço das

²⁰ *Correio da manhã* 15 de junho de 1901;

passagens de bondes cobrados pela companhia São Cristóvão. Acontecimento com repercussão nacional e que abalou a vida dos moradores da capital se configurou em um momento importante para que o *Correio da Manhã* firmasse rapidamente a imagem de opositor ferrenho ao governo do presidente Campos Salles.

Com o título de *Bondes assaltados*, o jornal apresenta os protestos dos moradores da região em relação à nova política tarifária da companhia São Cristóvão, que havia sido publicada no próprio jornal na véspera, em sua inauguração. “Na edição de ontem do *Correio* demos notícia do pedido de providências apresentada ao dr. Chefe da polícia pelos diretores daquela companhia”²¹. Os protestos foram bastante inflamados e uma das principais características do periódico se apresenta ao público, o jornal de Edmundo Bittencourt, desde os seus primeiros anos, procurava passar emoção ao leitor fazendo com que este, de alguma forma, se sentisse partícipe do acontecimento:

“À tarde, fortes grupos, reunidos em pontos diferentes e como que obedecendo a uma combinação prévia, mudavam (...) a forma de protesto, até então platônico, e iniciavam os assaltos aos veículos. Foi o primeiro bonde atacado, o denominado de luxo (...), linha da Tijuca, (...) que partira do Largo de S Francisco de Paula às 1 hora e 20 minutos da tarde. Os assaltantes cercaram o carro e delicadamente pediram aos passageiros, entre os quais duas senhoras, que descessem. Atendidos, tomaram as rédeas das mãos do cocheiro, soltaram os animais e viraram o carro. Seria de cerca de 30 homens o grupo. Num momento, derramaram querosene sobre a telha e o assoalho e atearam fogo. O condutor chapa 231 nada sofreu; o cocheiro, porém, quando protestava, foi agredido, recebendo um tiro de revólver na perna direita. Chamava-se José França o ferido. Os agressores evadiram-se”²²

²¹ *Correio da manhã* 16 de junho de 1901;

²² *Idem*;

E com esse tom dramático o jornal de Edmundo Bittencourt continuou a relatar as agitações e protestos da população em relação às tarifas do transporte público, com especial ênfase à repressão exercida pelas forças de segurança sobre os manifestantes, marcando dessa forma sua conduta oposicionista em relação ao governo.

“(…) o povo ia a caminho do trabalho, eis que, inopinadamente, contra ele arremete uma horda de soldados de cavalaria da polícia, sem comando, desordenadamente, e de roldão dispara pelas ruas (...) numa carreira alucinada, brandindo sabres, (...) esmagando sob as patas dos cavalos, velhos, mulheres e crianças, transidos de pavor.”²³

Na verdade, ao agir supostamente em defesa dos menos favorecidos o jornal não fazia mais que arregimentar elementos para constituir aquilo que se poderia denominar uma clientela urbana. Essa clientela que, a princípio, teve início com os menos favorecidos e suas reivindicações quanto ao preço da passagem de bonde, logo receberia o aporte das camadas médias urbanas (principalmente por conta das políticas econômicas implementadas pelos grupos dominantes ligados às exportações de café) que dão o tom da tradição do *Correio da Manhã* desse momento em diante: a orientação oposicionista, baseada no respeito incondicional à letra da lei, atacando qualquer forma de intervencionismo do Estado e pugnando pelo primado dos preceitos liberais.

²³ *Correio da manhã* 20 de junho de 1901;

O *Correio* não se melindrou em escolher um lado quando da criação da Reação Republicana em 1921 para fazer frente à candidatura de Artur Bernardes, que ao final do pleito acabou se sagrando vitorioso e fadado a assumir um governo politicamente instável tanto no campo político, quanto no econômico e constantemente ameaçado por movimentos rebeldes militares e civis.

Uma dessas ocasiões de rebeldia foi a explosão, no forte de Copacabana, de um movimento de jovens oficiais do exército contrários à posse de Artur Bernardes e que terminou de forma dramática, no que entraria para a história como os 18 do forte. Nesse cenário, o jornal de Edmundo Bittencourt atraiu grande atenção ao publicar com destaque uma série de cartas, supostamente atribuídas ao então candidato Artur Bernardes, endereçadas ao seu aliado político Epiácio Pessoa em que este pede ao ainda presidente que tomasse uma dura atitude contra Hermes da Fonseca (tratado como sargento sem compostura) por conta de sua recepção como presidente do clube militar (sabido local de oposição ao governo dentro das esferas militares). Cabe lembrar que, algum tempo depois, o portador das tais cartas Oldemar Lacerda, reconheceu a falsidade dos documentos.

Já em 31 de agosto de 1924, com Artur Bernardes governando o país em estado de sítio desde os acontecimentos envolvendo a ação dos jovens oficiais do exército brasileiro em 1922, o *Correio da Manhã* foi fechado a mando do presidente sob a alegação de que estariam os redatores do periódico utilizando as máquinas de sua redação para imprimirem,

clandestinamente, o folheto intitulado “cinco de julho” em alusão ao levante dos 18 do forte. Já no momento da revolta da guarnição carioca em 1922, Edmundo Bittencourt havia sido preso, ficando o jornal aos cuidados do seu filho Paulo Bittencourt e do redator chefe Mario Rodrigues.

Após a interrupção de suas atividades entre 31 de agosto de 1924 e 20 de maio do ano seguinte, o jornal foi reaberto sob a direção provisória do senador Moniz Sodré. Com o início do governo Washington Luís em 1926 o *Correio da Manhã* assumiu, mais uma vez, o papel de principal opositor no meio jornalístico. Alguns anos depois o jornal passaria em definitivo para as mãos de Paulo Bittencourt, estamos em 17 de março de 1929.

Com o início da campanha eleitoral para a sucessão presidencial de 1930 o *Correio* rapidamente se identificou com a possibilidade de mudança trazida com a Aliança Liberal, dessa maneira, as páginas do periódico passam a apoiar amplamente a candidatura de Getúlio Vargas. É bem verdade que, até o início dos anos 30, a figura do chefe militar Luiz Carlos Prestes sempre foi tratada como a grande possibilidade de se derrotar as elites agrárias dominantes, contudo, com sua mudança de posição política e conseqüente guinada à esquerda, em direção ao comunismo, acabou levando o *Correio* a desferir pesadas críticas ao antigo herói revolucionário.

Veio o pleito e, mais uma vez, se confirma a vitória do candidato ligado às oligarquias dominantes, logo começam a surgir as primeiras

denúncias de fraude eleitoral e com elas a irrupção de uma nova crise política. O jornal passa a dar amplo destaque aos desdobramentos do movimento que resultaria na chamada revolução de 1930 (não sem que tivesse havido um momento traumático com o assassinato de João Pessoa, candidato a vice-presidente na chapa de Vargas), que em 24 de outubro destituiu o presidente Washington Luís do poder antes que o vencedor do pleito, Júlio Prestes, tivesse a chance de se sentar na presidência. Em sua edição do dia o destaque do *Correio da Manhã* trazia a manchete “Triunfou a Revolução” e dava conta de como o jornal estava sendo, nos dias anteriores, censurado pelo governo de divulgar qualquer informação que fosse relacionada com os acontecimentos.

Capítulo 2

TENENTISMO: UM PANORAMA HISTORIOGRÁFICO

2.1 O momento político:

Os anos vinte do século passado foram especialmente marcantes na história do Brasil, tendo sido importante objeto de análise na produção do pensamento social brasileiro, foi um período marcado por profundas agitações nas esferas políticas, culturais e econômicas, aonde a revolução de 30 representou a ruptura mais drástica de um processo de transformação que percorreu toda a década. Nesse contexto, o ano de 1922 é emblemático dessas mudanças pelas quais a sociedade brasileira se via mergulhada, pois presenciou uma série de eventos que iria sacudir de forma significativa o panorama político e cultural brasileiro.

Dentre esses eventos que abalaram as estruturas do poder político característicos da primeira República sem dúvida que os destaques ficam por conta da Semana de Arte Moderna, da criação do Partido Comunista, passando pelo movimento tenentista, esses talvez com maior destaque no conjunto dos estudos sobre esse período. Também chamam a atenção a criação do Centro Dom Vital, que apesar de possuir uma diretriz de viés claramente conservadora – mantendo, inclusive, uma postura crítica em relação às atividades “esquerdistas” da Semana de Arte Moderna – demonstra as inquietações de uma parte da intelectualidade brasileira

com o ambiente de efervescência que se encontrava o país. Por fim, contribuía para esse quadro de instabilidade o próprio processo de sucessão presidencial ocorrido em pleno ano de celebração do centenário da independência. Nota-se, portanto, que indícios das mudanças que estariam por vir saltavam aos olhos dos observadores mais atentos da cena política e cultural do período.

Ainda no campo da política, o que se viu no processo de sucessão presidencial de 1922 foram os fortes embates entre as oligarquias dos estados dominantes em oposição aos estados intermediários que ansiavam, mais do que nunca, alcançar o poder, escancarando dessa forma as profundas tensões entre as elites desses estados dentro do frágil equilíbrio do federalismo brasileiro. A reação republicana, então reunindo as elites dissidentes dos outros estados, foi na verdade a expressão mais bem acabada dessas tensões e o lançamento da candidatura de Nilo Peçanha ao palácio do Catete contou com o apoio, não só do Rio de Janeiro, mas também do Rio Grande do Sul, da Bahia e de Pernambuco. Enquanto no outro polo da disputa se encontrava o candidato oficial das elites agro exportadoras de Minas Gerais e de São Paulo.

Quando analisamos as características das disputas eleitorais para presidente no Brasil notamos que desde a política dos governadores estabelecida ainda no governo de Campos Sales no final do século XIX, as oposições políticas se viam alijadas de qualquer possibilidade real de

ascensão ao poder frente às oligarquias dominantes mineira e paulista, dessa forma os conflitos políticos eram mantidos sob controle. Todavia, não estamos dizendo com isso que a união de paulistas e mineiros tivesse se estabelecido de forma sempre homogênea, mas pelo contrário. A historiadora francesa Armelle Enders, para quem o Brasil só teria apresentado as mudanças características de uma sociedade que havia verdadeiramente entrado no mundo contemporâneo a partir do início do século XIX, através da sua análise histórica sobre o federalismo brasileiro, aponta que, a despeito do que poderia se pensar, até o ano de 1920 a aliança entre Minas e São Paulo apresentou fragilidades em muitas ocasiões, essas fragilidades poderiam ser percebidas na aproximação ocorrida entre Minas e o Rio Grande do Sul em muitos momentos importantes na primeira República (ENDERS, 2012) ou, nas palavras de Cláudia Viscardi “o poder de intervenção do Rio Grande do Sul sobre o regime republicano foi muito considerável.”²⁴

No momento em que a Reação Republicana surge e se dispõe a tentar construir um eixo alternativo de poder em oposição ao quadro político histórico do período, fica evidente a mudança de comportamento, as aspirações e as demandas dos diferentes segmentos do sistema político brasileiro na primeira República. Nas palavras de Marieta de Moraes Ferreira:

²⁴ VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012;

“O estabelecimento da política dos governadores havia instaurado no país uma cultura política que se consolidou, congelando a competição, neutralizando as oposições e domesticando os conflitos políticos. A Reação Republicana representou exatamente um momento de contestação desse sistema, inaugurando um ciclo de questionamentos da ordem vigente.”²⁵

Na visão de Boris Fausto, seria possível compreender a Reação Republicana como resultado de graves discordâncias no interior dessas oligarquias e que se manifestaram em um quadro econômico, financeiro, bastante complicado pelo qual o Brasil vinha passando e que acabou por intensificar a utilização, por parte do governo, de mecanismos de proteção econômicos que favoreciam os setores diretamente ligados à produção cafeeira em detrimento de outros setores da economia que não estariam diretamente ligados ao café, dessa maneira colocando frente à frente, mais uma vez, as mesmas elites que já acirravam o debate político.

Políticas de desvalorização cambial e de endividamento externo não eram inéditas na política econômica praticada até aquele momento pelos diferentes governos na primeira República, o ano de 1921 estaria assim presenciando apenas mais um debate em torno de uma política de valorização do café como em algumas ocasiões diferentes já havia ocorrido, entretanto, dessa vez, havia um cenário de sucessão presidencial que permitiria as oligarquias secundárias vislumbrarem

²⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes. *A Reação Republicana e a crise política dos anos 20*. In: Revista Estudos Histórico, Rio de Janeiro, vol. 6, n.º 1, 1993.

concretamente a possibilidade de lograrem êxito em derrotar as oligarquias cafeeiras através da proposta de novas práticas econômicas.

Nesse esforço de derrotar o eixo São Paulo – Minas Gerais representados na candidatura à sucessão de Epiácio Pessoa encabeçada pelo mineiro Artur Bernardes, a Reação Republicana aposta as suas fichas em um político tradicional no quadro da Primeira República: Nilo Peçanha. Político Fluminense que desde o início da República trabalhava para solidificar sua imagem no cenário político nacional, Nilo Peçanha sempre mostrou grande capacidade de aproximação com diferentes grupos políticos, Marieta de Moraes ao apresentá-lo afirma que:

“Se é verdade que em diversas oportunidades Nilo Peçanha firmou acordos, articulou-se e mesmo submeteu-se às oligarquias mineira e paulista, isso não impediu que sua posição e de seu grupo divergisse das orientações traçadas pelos dois grandes estados, evidenciando tentativas de aproximação com Bahia e Pernambuco, e em alguns momentos com o Rio Grande do Sul, na busca de apoio para seu projeto político nacional.”²⁶

Mais do que a atuação de Nilo Peçanha como político, todo o processo de construção de sua imagem como sendo o único capaz de derrotar os desmandos das elites ligadas ao café e conseqüentemente barrar as tentativas de desvalorização da moeda para salvaguardar o lucro dos cafeicultores, foi levado a cabo não só pelos grupos ligados a Reação Republicana bem como por importantes jornais da época, me refiro aqui,

²⁶ FERREIRA, Marieta de Moraes. *A Reação Republicana e a crise política dos anos 20*. In: Revista Estudos Histórico, Rio de Janeiro, vol. 6, n.º 1, 1993.

principalmente ao *Correio da Manhã*. As páginas do Correio faziam duros ataques à figura de Artur Bernardes ao mesmo tempo em que se esmeravam para valorizar os dotes pessoais e políticos de Nilo Peçanha, tal campanha evidencia que a Reação Republicana não deve ser vista como um movimento apenas reativo de uma elite de segundo escalão escanteada do jogo político e principalmente das decisões econômicas do governo.

Os autores que buscaram analisar o período pela ótica da atuação do Estado como representação dos interesses dominantes conduziram suas análises na direção de uma supervalorização do papel de Minas e São Paulo no quadro político decisório do país e dessa forma, os outros estados da federação foram colocados a reboque das decisões dos primeiros. Contudo, o esforço feito em torno da figura de Nilo Peçanha como único candidato viável para derrotar Artur Bernardes, o uso de importantes meios de comunicação para alcançar novos grupos políticos como a classe média urbana e as massas, evidenciam o alto grau de complexidade do jogo político brasileiro na Primeira República, em que esses estados tratados historicamente como secundários propuseram uma alternativa clara de poder, se colocando como agentes ativos do jogo político.

2.2 Economia e Sociedade

Para muito além da crise política envolvendo as elites dominantes secundárias no Brasil, do ponto de vista econômico, a década de vinte foi também marcada por altos e baixos na economia, o Brasil irá conviver, nesse momento, com números de inflação muito altos além de uma grave crise fiscal provocadas pela desvalorização do nosso principal produto econômico agravada por períodos de safras muito relevantes. Porém, entender a conjuntura econômica do Brasil nesse período passa por entender a situação ao nível de mercado de nosso principal produto econômico: O café. Boris Fausto aponta que a estrutura brasileira baseada na produção e exportação de um único produto agrícola fragilizava nossa economia inserida em um mundo em que as principais potências econômicas tendiam cada vez mais ao expediente do protecionismo.

Se ao final do século XIX tínhamos praticamente o monopólio da produção de café mundial esse quadro muda drasticamente no pós I Grande Guerra, de um lado, a destruição provocada pela guerra faz com que as principais economias mundiais estivessem voltadas para a reconstrução de suas sociedades. Por outro lado, novas regiões do globo (em especial em algumas áreas da América do Sul como a Colômbia) aumentaram suas produções e passaram a competir com o Brasil por esse mercado, tal competição eleva a oferta do produto no mercado e

consequentemente provoca uma acentuada queda em relação aos anos anteriores.

Outro que se dedicou a analisar a conjuntura econômica brasileira dos anos vinte foi Winston Fritsch. Para o autor, mesmo que concordando com Boris Fausto de que os anos vinte foram marcados por uma profunda crise econômica até pelo menos o final do governo do mineiro Artur Bernardes, fruto de uma economia primária ligada ao setor exportador, diverge desse autor quando o assunto passa a ser os anos anteriores a vinte. Para Fritsch, o governo Epitácio Pessoa teve início em um excelente momento econômico, inclusive em um momento de alta nos preços do café.

Segundo Fritsch, a baixa produtividade da lavoura de café, sobretudo por um período de geadas que atingiram as fazendas paulistas fazendo com que a oferta do produto no mercado tivesse uma queda, somado ao aumento da demanda nos países centrais por conta exatamente do fim da guerra e da desmobilização das tropas dos campos de batalha, contribuíram para a valorização do nosso principal produto e consequentemente da nossa economia.

Outra consequência desse aquecimento no volume das exportações do nosso café foi o aumento na acumulação de capital por parte da elite agrária e que acarreta um maior investimento no setor industrial – o crescimento da indústria, como veremos adiante, se apresenta como peça

fundamental para entendermos o crescimento urbano e dessa maneira, passarmos à compreensão do contexto em que se deu o fortalecimento dos setores médios urbanos da sociedade que serão fundamentais no desenrolar dos acontecimentos ligados ao ano de 1922 - , porém, se houve por parte dos países centrais uma preocupação na manutenção dos empregos em meio a um processo de desmobilização militar que jogaria centenas de milhares de agora ex soldados no universo fabril mais uma vez, o que fez com que a burguesia apelasse para práticas fiscais que garantissem consumo (liberação de crédito, por exemplo), a preocupação nos anos subsequentes passa a ser a saúde fiscal dessas economias, dessa forma políticas de controle de gastos, elevação de juros (para conter altíssimos indicadores de inflação), passam a refletir imediatamente no valor do café do Brasil, que verá uma queda acentuada nos preços por razões adversas aquelas observadas no pós Guerra.

Se naquela ocasião os preços caíram pela baixa oferta do produto por fatores já apresentados anteriormente, agora, reflexo das políticas de austeridade postas a cabo pelas economias centrais, os preços de nosso principal produto caíram pela total diminuição na demanda em meados de 1920. Os impactos foram profundos na saúde financeira do país, o que reforça os argumentos da fragilidade da economia assentada quase que exclusivamente na exportação de café a que Boris Fausto se refere. Winston Fritsch ressalta a gravidade de tal crise em comparação mesmo a grande depressão quando aponta:

“A crise de 1920-1922, em termos de efeitos sobre os preços em nível de atividade internacional, é mais severa do que a Grande Depressão. A variação dos preços internacionais e do desemprego é maior em termos de amplitude. É uma crise mais rápida, que não tem os efeitos perversos, em cadeia, ocorridos em 1929-1932. Não houve reações protecionistas, a economia mundial não foi descendo devagarinho pelo abismo. Houve um choque muito violento. A economia mundial voltaria a crescer e pode-se dizer que por volta de 1922 o pior já havia passado. Mas o período entre o fim de 1920 e o começo de 1922 é muito duro”.²⁷

O que se segue a esse período de crise e incerteza quanto aos rumos que os preços do café tomarão, no mercado internacional, foi uma forte política de desvalorização da moeda nacional, poucas vezes vista na história da República até aquele momento e que tinha por objetivo incentivar as exportações. O resultado se mostrará catastrófico para a economia brasileira, a desvalorização cambial traz como consequência imediata a queda brusca nos indicadores de importação, afinal, com a moeda nacional em baixa frente a libra os produtos importados se tornaram bem mais caros desestimulando assim sua compra e derrubando a arrecadação do governo com os impostos relacionados ao comércio externo.

Moeda nacional desvalorizada frente às principais moedas internacionais, preços dos produtos importados em alta, o resultado não poderia ser outro que não o súbito aumento da inflação e tal aumento será (como todo aumento de inflação) crucial para enfraquecer o já combalido cofre público. Logicamente, a oligarquia ligada diretamente às

²⁷ FRITSCH, Winston. *1922: A crise econômica*. In: *revista estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol.: 11, Ed.: FGV, 1993;

exportações de café passa a pressionar o governo federal para que este tomasse atitudes com vistas a mitigar os efeitos da conjuntura internacional e dessa forma se acenava com a possibilidade de se lançar mão do já conhecido convênio de Taubaté, que desde sua assinatura em 1906 se apresentava como importante pedra de salvação dessa elite agrária. O problema para o governo é que aplicar os dispostos do convênio exigiria uma elevação nos gastos por conta da compra do excedente da produção cafeeira.

O movimento de pressão dessas elites sobre o governo fez com que este defendesse, mais uma vez, os interesses desses cafeicultores, porque estes interesses acabavam por se confundir com a formulação do próprio Estado Nacional brasileiro de então. A máxima de que o capitalismo brasileiro pautava-se costumeiramente pela lógica da “privatização dos lucros e socialização dos prejuízos” era cada vez mais perceptível na sociedade ou, nas palavras de Maria Cecília Spina Forjaz:

“Tais camadas médias urbanas, ao lado do incipiente proletariado urbano, foram os grupos sociais mais prejudicados pelas medidas defensivas da economia cafeeira” e continua “ao encarecer os produtos importados, atingiam diretamente as possibilidades de consumo desses grupos urbanos, dependentes quase que exclusivamente das importações para a satisfação de suas necessidades econômicas.”²⁸

A situação econômica do país apresenta repercussões imediatas no cenário político, as eleições de 1922 se polarizam entre os defensores da

²⁸ FORFAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Política*. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1977;

manutenção das práticas protecionistas por parte do governo em relação ao setor agro exportador brasileiro e aqueles contrários a essas práticas, em especial os setores médios urbanos da sociedade, que pela falta de um parque industrial nacional que pudesse suprir as necessidades de consumo desse segmento social os obrigava a importar praticamente tudo o que consumiam. Neste cenário de crise política, que se agrava com a formação da Reação Republicana como alternativa de poder frente às oligarquias mineira e paulista, e de crise econômica e fiscal, dadas todas as dificuldades pelas quais nossa principal *commodity* vinha passando no cenário internacional favoreceram o surgimento de movimentos de contestação ao longo de toda a década.

Com início da década de 1920, à medida que os centros urbanos se tornam cada vez maiores e mais densos em suas redes de relações, se multiplicaram, como já vimos, os movimentos de contestação da situação vigente. Essas manifestações refletiam, em maior ou menor grau, o descontentamento de setores da população brasileira com os rumos tomados pela economia e principalmente pela política durante a República. Muitas foram as expressões desse sentimento de desagravo quanto às decisões econômicas e às relações de poder político estabelecidos no período, as mais conhecidas foram, sem dúvida, o movimento dos jovens oficiais do Exército, a Semana de Arte Moderna, a fundação do partido Comunista do Brasil, todas essas ainda no ano de

1922. Além da Reação Republicana, da “Revolução de 1924” e da Coluna Prestes, essas ao longo da década.

2.3 A rebeldia militar

Dentre esses movimentos de contestação ao status *quo* vigente na primeira República nos interessa aqui lançar um olhar sobre a participação dos militares nesse contexto, nele está inserido o movimento de rebeldia militar conhecido como tenentismo. O nome deriva do fato de que a maioria dos indivíduos nele envolvidos eram oficiais do exército possuidores da patente de tenente (apesar de alguns capitães também terem participado do movimento). Portanto, jovens oficiais de primeira patente com ligações diretas com os setores médios da sociedade da qual eram, muitos deles, oriundos. Chama a atenção, ao analisarmos o movimento desses jovens oficiais à luz da historiografia, o fato de que os trabalhos que analisaram tal acontecimento o fizeram, em linhas gerais, dentro de uma perspectiva mais ampla em relação ao processo que culminou com os acontecimentos de 30 quando esses tenentes deixaram sua condição de opositores ao governo para a condição “de governo”.

Outro ponto importante é a divisão que os trabalhos feitos até aqui acabam estabelecendo nos estudos do tema. Segundo Anita Leocádia Prestes, a historiografia sobre o Tenentismo se divide em três correntes

principais.²⁹ Em uma primeira fase temos a imagem do movimento como expressão das camadas médias urbanas enquanto movimento de contestação ao poder político das elites agroexportadoras dominantes, o primeiro representante dessa visão do movimento tenentista foi Virgílio Santa Rosa (1933).

Inclusive, foi em uma de suas obras, denominada “O sentido do tenentismo”, que o próprio termo Tenentismo passa a carregar o significado que conhecemos até hoje, mesmo esta tendo sido escrita ainda no calor dos acontecimentos, em pleno ano de 1933. Nas palavras do autor:

“A essência do movimento tenentista consistiu no seu papel ligado ao processo de ascensão da burguesia brasileira, em luta contra o absoluto domínio exercido pela classe latifundiária. Tal luta, na área política, iniciou-se com a própria República. A ascensão burguesa sofreu uma derrota, entretanto, com a imposição da chamada “política dos governadores”, iniciada por Campos Sales, e complementando necessariamente a política econômica e financeira defendida por Joaquim Murinho. Era o pleno domínio das oligarquias, que se refletiu, de forma ostensiva, no problema da representação, relegando os atos eleitorais a simples farsas, em que o latifúndio escolhia e impunha os seus representantes, vedando às demais classes e camadas sociais brasileiras, o direito à representação”.³⁰

Com a derrota política, a qual o autor se refere, a classe média urbana brasileira passa a se ver completamente à margem do sistema político elaborado e posto a cabo pelas oligarquias. Dessa forma, a falta de

²⁹ PRESTES, Anita Leocádia. *A Coluna Prestes*. São Paulo, ed. Brasiliense, 1990,

³⁰ SANTA ROSA, Virgílio. *O sentido do Tenentismo*. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976;

espaços e participação na vida política nacional teria sido o fator principal que incentivou o início dos atritos.

“Parecia não haver assim possibilidade de salvação para as novas camadas surgidas na sociedade brasileira. As pequenas burguesias urbanas, obrigadas pelas forças do subsolo nacional, tinham de permanecer indefinidamente no mesmíssimo plano político. As oligarquias latifundiárias não realizariam as reformas almejadas nem consentiam na presença de parlamentares encarregados de realizá-las”³¹.

Os tenentes teriam adquirido um certo grau de protagonismo na cena política por sua posição de prestígio e destaque no conjunto da sociedade, estariam imunes à corrupção típica do meio político e, principalmente, ao olharmos para a estrutura da sociedade brasileira da época, notaremos a ausência de outra organização com igual capacidade de mobilização e de coesão de seus membros. Assim sendo, no interior de uma sociedade fragmentada e pouco organizada, os tenentes acabaram assumindo a dianteira das manifestações de protesto contra as elites políticas. Além disso, segundo Virgílio Santa Rosa, o exército era visto como a única força capaz de combater e derrotar a estrutura repressiva montada nos estados para inviabilizar qualquer tentativa de se ter uma ação política livre por parte dos eleitores nestes estados.

Além de Virgílio Santa Rosa, Nelson Werneck Sodré (1985) também fora outro importante autor adepto dessa visão. Historiador marxista, oficial do Exército, para ele as ações dos revolucionários podiam ser

³¹ SANTA ROSA, Virgílio. O sentido do Tenentismo. 3º ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p. 36

vistas não só pelo viés do conflito entre o setor agrário-exportador e industriais, em outras palavras, entre o campo e a cidade, mas também, pelo entendimento e reconhecimento de que as forças armadas são parte constitutiva do extrato social e, portanto, perpassam as classes sociais.

Assim sendo, para além da patente e do espírito de grupo que possam constituir e fortalecer os laços dentro da caserna, existiriam interesses de classe que conduziriam as ações desses militares a, por exemplo, levar os homens da alta oficialidade a se identificarem com as classes dominantes do país e na mesma medida os militares de patentes inferiores a se ligarem a grupos subalternos dentro do espectro social. Os tenentes seriam, portanto, a classe média armada.

Dessa forma, esses militares estariam vocalizando os anseios da classe média por políticas de estado que fossem voltadas para este grupo social, assim sendo, seriam expressão da classe média, ou pequena burguesia, no processo que culminaria com a queda da Primeira República. Portanto, como podemos notar, o debate entre o impulso corporativo e/ou o de natureza social e econômica ganhou corpo com esses autores na historiografia acerca do tema a partir do momento em que se começou a discutir se esses militares da década de vinte do século passado estariam representando ou não os interesses das classes médias urbanas da época.

A partir de finais da década de 60 surgem as primeiras críticas a esta visão do tenentismo como expressão da classe média tomando por parâmetro o próprio desenvolvimento, as próprias transformações do

modelo capitalista nas periferias do sistema – em comparação com o capitalismo dos países centrais - que acabavam por produzir, aqui no Brasil, uma camada média ainda débil e conseqüentemente pouco organizada que pudesse ter tido nos tenentes seus porta vozes, além disso, como bem aponta Boris Fausto, o Tenentismo foi um movimento de características predominantemente militares, onde as tendências reformistas autoritárias apareciam em embrião, sendo incompatíveis com a ideologia liberal referente aos setores médios (FAUSTO, 1986).

Com o passar do tempo, devido a essas novas pesquisas que foram sendo elaboradas em torno da temática do tenentismo, as análises focadas na ideia dos tenentes como vanguarda da classe média passaram a ser revistas por uma série de outros autores que se propuseram a rediscutir todo o movimento político que antecedeu os acontecimentos de 1930, ganha força uma visão organizacional que o tirou da posição de expressão da classe média para tratá-lo enquanto movimento militar, como expressão política das Forças Armadas.

Para essas novas interpretações o movimento desses jovens oficiais do exército não teria representado apenas uma rebelião militar contra as oligarquias agroexportadoras dominantes da Primeira República, mas sim “contra a posição subordinada do Exército no aparelho do Estado”. (DRUMMOND, 1986). Essa ótica passou a privilegiar o enfoque organizacional e dessa maneira pretendeu analisar a problemática tenentista no sentido de que antes de representar qualquer segmento

externo da vida militar, qualquer classe do tecido social, os tenentes tinham como prioridade defender os interesses das forças armadas, sobretudo, do exército.

Logo, para além do debate sobre o tenentismo como movimento representativo dos desejos políticos da classe média por conta das origens sociais dos militares envolvidos – aceito, mesmo no universo dessas novas análises - a condição profissional de completo desconforto (material e técnico) a que se encontravam foi o motivo central, o ponto nevrálgico para que os membros do exército se lançassem na luta em defesa das forças armadas, um nome representativo dessa abordagem organizacional, institucional do exército, foi José Augusto Drummond.

Em seu livro *O Movimento Tenentista: a Intervenção Política dos Oficiais Jovens (1922-1935)* o autor deixa claro seu objetivo ao dizer:

“Sustentarei que os *tenentes* quiseram principalmente lutar pelos interesses do Exército Brasileiro, conforme os entenderam, atribuindo-lhe um papel especial de arbitragem sobre o sistema político nacional”³²

Assim sendo, para Drummond, a atuação dos tenentes estava diretamente ligada aos valores, ao juízo que estes jovens atribuíam à instituição militar, não por serem homens de classe média, mas, simplesmente porque eram militares. E por estarmos falando de militares

³² DRUMMOND, Jose Augusto. *O Movimento Tenentista: a intervenção militar e conflito hierárquico(1922-1935)*. Rio de Janeiro, Graal, 1986;

estes têm interesses peculiares, específicos, que não se confundiriam com os de qualquer outra categoria social.

Como podemos ver, a historiografia acerca do movimento dos jovens oficiais do exército brasileiro ao longo da década de 20 conhecido como tenentismo e que culminou, como já dissemos, com a queda das oligarquias agroexportadoras dominantes durante toda a Primeira República, passa por um primeiro momento em que estes militares são apresentados apenas como representantes de um determinado segmento da sociedade civil, neste caso específico a classe média, sem reivindicações próprias que pudessem justificar o movimento de rebeldia a que se propuseram.

Já em um segundo momento são as análises institucionais que ganham destaque e os militares se tornam revoltosos “por eles próprios”, em outras palavras, são questões internas ligadas não só a estrutura da instituição, assim como a própria visão que esses militares carregavam de si.

Além dessas interpretações sobre o movimento, uma outra possibilidade de análise aponta ainda que o Tenentismo dos primeiros anos da década de 20, em especial entre os anos 1922 (com a revolta do Forte de Copacabana) e 1926 (já em plena marcha da coluna Prestes) pode ser definido como movimento dotado de uma forte tendência militar e com independência frente aos setores civis da sociedade brasileira

durante suas manifestações de insubordinação. A situação precária das Forças Armadas somada ao grave quadro social da maioria da população levou os tenentes a responsabilizarem os políticos civis pela situação caótica do país. (FAUSTO, 1986). Portanto, como percebemos até aqui, mais importante do que apresentar esses jovens oficiais enquanto porta vozes ou representantes de um determinado setor dentro do escopo social da época, ou então caracterizá-los pelo seu aspecto organizacional, é fundamental que se observe, primeiramente, as representações que estes construíram sobre a realidade social de seu tempo e como essa representação da realidade impactou esses jovens oficiais e os impulsionou no sentido da ação revolucionária.

Tais representações da realidade em que se encontravam acabavam apontando para um sentimento de inconformismo e indignação com os baixos soldos, a péssima estrutura para formação, mesmo que, desde o início do século existisse a preocupação com a modernização das Forças Armadas, os resultados eram insatisfatórios. Outros pontos de insatisfação eram a falta de oportunidades de ascensão, a incompetência dos oficiais superiores agravadas pelas denúncias de corrupção dos governos civis se configuraram nos fatos que estimularam os tenentes a assumirem uma postura de oposição às oligarquias civis. Para o Sociólogo Edmundo Campos Coelho, outro que se dedicou a analisar a ação dos militares na política brasileira e dentro desta temática também se debruçou sobre os aspectos que teriam motivado a ação revolucionária

desses jovens oficiais, as principais reivindicações do movimento tenentista estariam ligadas ao dia a dia da realidade dos quartéis

“Dessa forma, e fugindo aos clássicos modelos da ‘revolução burguesa’ e da ascensão das classes médias”, nossa tese será a de que na origem dos movimentos militares de 1922 e 1924 estavam fatores tipicamente militares, de natureza política apenas no sentido restrito de que se inspiravam aqueles movimentos num enfoque crítico sobre as relações entre o Exército, por um lado, e o regime político e o Governo, por outro.”³³

2.4 O Tenentismo: Novas abordagens

Em uma revisão historiográfica acerca do tenentismo não poderia faltar a importante contribuição de José Murilo de Carvalho que tenta estabelecer uma leitura mais ampla, aprofundada, sobre a ação dessa jovem oficialidade do exército. Balizando sua pesquisa em muitos dados empíricos o autor, por exemplo, traz para a discussão o fato de que, pelo grande número de tenentes que existiam no interior do exército durante o período das revoltas de 1922 e 1924 – os oficiais pertencentes a essa patente se encontravam em superioridade numérica frente aos outros quadros de oficiais – por conta disso, muitos dos tenentes acreditavam mesmo que estavam falando em nome de todo o Exército.

Suas origens sociais, aliados ao fato de que eram estes jovens oficiais de primeira patente, serviu para aproximá-los dos soldados, o que teria

³³ COELHO, Edmundo Campos. Em Busca da Identidade. O Exército e a Política na Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro, Forense, 1976.

sido fundamental para os tenentes terem desenvolvido, mais do que simplesmente essa proximidade, mas sim, um elo de confiança entre estes e os membros das tropas. Sendo assim, esses oficiais acabaram conhecendo estratos sociais mais baixos e que lhes permitiu conhecerem a realidade do conjunto da população civil. Dessa forma, as influências e pressões da sociedade civil não passaram despercebidas, ou seja, tiveram ressonância no interior do Exército. (CARVALHO, 2005).

Para José Murilo de Carvalho, então, o movimento Tenentista seria representativo da conjugação dos problemas internos e externos dos militares e, em especial, dentre uma série de fatores, foram fundamentais para a ação dos jovens oficiais questões relativas à institucionalização do Exército durante essa época. O crescimento da influência das Forças Armadas durante a República permitiu uma substancial mudança de comportamento da sociedade em relação ao exército (CARVALHO, 2005).

Durante muitos anos o exército carregou uma imagem muito negativa junto à sociedade, a instituição era vista como um “antro de desordeiros e bandidos”, um local de castigo e punição. Esse quadro começa a se modificar quando a instituição passa por uma série de ações do governo que tinham como objetivo primordial qualificar, equipar e formar as Forças Armadas brasileiras.

Dentre essas iniciativas duas teriam sido fundamentais para ampliar e dar maior capacidade técnica para os militares: os Jovens Turcos (estágio de oficiais brasileiros na Alemanha) e a missão Francesa no Brasil.

Com relação à primeira, o grande centro de formação da oficialidade brasileira, a Escola Militar da Praia Vermelha havia sido fechada em 1904 – após mais uma de suas revoltas – e só voltou a funcionar em 1911, agora como Escola Militar do Realengo. Três turmas de oficiais viajaram à Alemanha para estagiar no exército alemão, o mais bem preparado de então, afim de trazerem o *know how* militar dos germânicos.

Foram enviadas turmas de oficiais em 1906, 1908 e 1910. Esse grupo de oficiais conhecidos como Jovens Turcos, após seu retorno ao Brasil, passaram a tentativa de renovar as Forças Armadas, inclusive fundaram a revista *A Defesa Nacional*, com o propósito de difundirem a mentalidade trazida da Alemanha. Por conta dessa formação profissional, tanto Anita Prestes (1990: 94), quanto o próprio José Murilo de Carvalho (2005: 28) convergiram na ideia de que os tenentes estariam longe de possuírem uma base teórica sólida, mas sim uma neutralidade assentada na formação técnica que teriam recebido na Escola Militar do Realengo e que estaria apoiada numa ideologia de despolitização do Exército.

Essa visão da atuação “neutra” dos militares, que valorizavam a figura do soldado “profissional”, pois assim estariam sendo preparados nos centros de formação de oficiais, foi questionada por Leila Maria Capella

(1985), que em sua dissertação de mestrado *As malhas de Aço no Tecido Social: A Revista “A defesa Nacional” e o Serviço Militar Obrigatório* se propôs a analisar a revista A Defesa Nacional, criada por esses mesmos jovens turcos que, teoricamente, estariam imbuídos desse espírito de profissionalismo, esses mesmos jovens que deram instruções na Escola Militar do Realengo e que eram apontados até então pela historiografia enquanto grupo apolítico.

A autora demonstra em suas pesquisas que, ao contrário do que se pensava, os “jovens turcos” estavam sim preocupados e se propunham a discutir a situação política do país. A revista seria, dessa forma, um canal por onde se pretendia buscar explicações para os problemas nacionais frente às rápidas mudanças introduzidas pela República e à realidade de uma nação ainda em formação.

Já em relação à segunda medida de caráter modernizante proposta pelo Estado no tocante às forças armadas, mais especificamente ao exército, se encontrava a atuação da missão francesa no Brasil. Como já foi dito aqui, o exército alemão foi tomado pelas autoridades brasileiras (fossem elas civis ou militares) como modelo ideal de organização militar e por esse motivo vieram os estágios dos nossos oficiais em tal país. Porém, dois fatores se tornaram decisivos para a mudança de posição do Brasil em relação aos germânicos, o primeiro deles refere-se ao fato de, no decorrer do conflito, o Brasil ter se colocado no bloco dos países inimigos da Alemanha.

Além disso, com o fim da I Guerra e conseqüentemente com a derrota da Alemanha, o modelo militar alemão acabou sendo preterido pelo exemplo francês – os franceses tiveram uma contribuição fundamental para a vitória dos aliados sobretudo na guerra travada nas fronteiras com os alemães, tendo sido dessa forma um país chave na vitória dos aliados. O próprio Boris Fausto, ao tratar da atuação da missão francesa diz:

“O trabalho dos jovens ‘turcos’ foi completado pela chegada da Missão Francesa, em 1920. (...) A derrota da Alemanha tornara impossível missão deste país, como era o desejo dos ‘turcos’. Embora limitada, por exigências do Estado-Maior do Exército, a um papel de consultora, a Missão teve efeitos profundos em toda a organização do exército.”³⁴

Nesse quadro de modernização pelo qual o exército vinha passando ao longo das primeiras décadas do século passado, segundo José Murilo, quanto mais se aprofundava a formação técnica dos militares maior também era a coesão entre seus membros. Esse aspecto, que para o autor se caracterizaria por um *espírito de grupo*, seria o grande responsável pela crescente institucionalização das forças armadas e, conseqüentemente, o fator que motivou a busca de maiores espaços de interferência e participação política dos membros do Exército na sociedade. (CARVALHO, 2005). Embora sua argumentação estivesse muito pautada, em um primeiro momento, numa perspectiva “organizacional”, o autor não se limita a tal visão e a desenvolve

³⁴ FAUSTO, Boris (org.) História geral da civilização brasileira. T. 3: O Brasil Republicano. v. 2: Sociedade e instituições. São Paulo, Difel, 1977, p. 199.

relacionando intimamente esta, com as diferentes facetas da sociedade da primeira República.

Outro fator levantado pelo autor que levou a uma mudança importante no peso adquirido pelo exército ao longo da primeira República e que não poderia ficar ausente em uma análise sobre a relação militares/sociedade foi a implantação do recrutamento por sorteio universal e todo o debate – em alguns momentos bastante acalorados - que tal dispositivo acabou suscitando.

Uma consequência imediata da adoção do recrutamento por sorteio pode ser notada no fortalecimento da visão corporativa que o Exército passou a ter de si e a sua ligação com o conjunto da população, sobretudo, das camadas mais baixas. Implementar o alistamento pelo processo de sorteio universal não era uma luta nova no Brasil, pelo contrário, tal debate já se mostrava bastante antigo, podendo ser identificado os primeiros debates para a criação de toda uma legislação tendo como objetivo efetivar esse mecanismo ainda em finais do século XIX. Entretanto, os aspectos elitistas da sociedade brasileira contribuíram para o fracasso de todas as tentativas anteriores, pois estas esbarravam nas isenções e privilégios mantidos por algumas famílias desde o período monárquico. Como bem menciona José Murilo de Carvalho:

“Mas a lei admitia várias exceções. Ela permitia aos que não quisessem servir pagar certa quantia em dinheiro ou apresentar substitutos e concedia isenções a bacharéis, padres, proprietários de empresas agrícolas e pastoris, caixeiros de lojas de comércio, etc. Além disso, deixava

o alistamento e o sorteio a cargo de juntas paroquiais, presididas pelo juiz de paz e completadas pelo pároco e pelo sub delegado”.³⁵

A nova lei de alistamento fora aprovada em 1908, o que não representou nenhuma mudança no panorama com que exército costumeiramente era visto e dessa maneira continuou até meados da década de 1910. Somente a partir daí, depois de uma intensa campanha de apoio ao projeto de alistamento encabeçada pelos “jovens turcos” que a situação começou a dar sinais de mudança, o início da Primeira guerra em paralelo aos debates também colaborou para, finalmente, a lei ser implantada em 1916.

Como já foi dito anteriormente, entrar para o exército era visto como medida punitiva, um castigo, porém, com as ações por parte do Estado para institucionalização das Forças Armadas e o recrutamento por sorteio, o Exército passou a ser uma alternativa para as camadas mais desfavorecidas da sociedade. E essa visão do exército como possibilidade de sobrevivência para a massa da população se baseava em diferentes razões, fossem elas por ser a garantia de uma formação acadêmica/profissional gratuita, de uma carreira segura ou, até mesmo, porque a farda passou a simbolizar a escolha de um caminho pontuado pela retidão, diferente da classe política brasileira marcada pela

³⁵ CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: O Poder desestabilizador. IN: Forças Armadas e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

corrupção e já no final do século XIX definida no jornal *A República* como “corja de políticos prostituídos”.

O recrutamento pelo sorteio universal serviu para transformar a realidade do serviço militar. Logo a partida conferiu ao Exército a possibilidade de se estabelecer como uma instituição verdadeiramente nacional e, ao mesmo tempo, representou um crescimento sem precedentes do contingente de soldados. Esse crescimento na base acarretava a necessidade de um igual crescimento no corpo de oficiais, afinal, quanto maior o número de soldados, maior deverá ser também o número de oficiais para treiná-los.

Por essa relação numérica entre praças e oficiais não seria de se espantar o fato de os tenentes formarem o maior contingente de oficiais nos anos iniciais da década de 1920. Podemos supor que o aumento da preocupação com uma melhor formação dos oficiais associado à implantação do recrutamento por sorteio universal foram fatores essenciais para o crescimento do prestígio do Exército entre a população brasileira. Uma formação mais voltada para as questões técnicas serviu para acabar com os “bacharéis de farda”, ou os “soldados científicos” dos tempos de Benjamin Constant.

José Murilo de Carvalho ao examinar diferentes aspectos constitutivos das Forças Armadas, fossem eles os processos de recrutamento, a forma como o corpo de oficiais recebia seu treinamento, passando pela análise da estrutura

interna, do tamanho e localização geográfica dos efetivos militares, bem como das ideologias de intervenção desenvolvidas pela organização militar, nota que a sociedade civil está presente de diferentes formas e em diferentes níveis de interação, que poderiam ir desde a atuação como interlocutora, ou na relação mais simples de base do recrutamento do efetivo.

O núcleo duro da análise, por assim dizer, porém, permaneceu na organização militar. Com isso, José Murilo demonstra que as instituições militares possuíam uma complexidade muito maior que a instrumentalização do poder de classe poderia compreender. Toda dinâmica de ascensão na carreira, promoção e reforma, por exemplo, eram tão ou mais importantes que as relações entre estes jovens oficiais e membros das elites políticas e econômicas da Primeira República. Quando o autor enfatiza as tensões internas à instituição fica evidente o racha existente entre aqueles que defendiam uma intervenção política, visão esta, mais comum nos oficiais mais jovens e rebeldes que se encontram nas patentes mais baixas da hierarquia, e do outro lado a necessidade de se defender valores hierárquicos e disciplinares, levado a cabo por parte das lideranças institucionais.

Apesar disso, fica evidente que a abertura da instituição a partir do recrutamento por sorteio possibilitou o acesso aos quartéis para uma parcela cada vez mais ampla da sociedade e fez com que a visão do soldado cidadão ganhasse força junto ao conjunto da população, acaba que de forma quase correlata, nesse momento, solidifica-se uma visão do

papel interventor do exército na política nacional em momentos de profunda crise.

Defender a sociedade das instituições corruptas entra na pauta de funções militares. É então que José Murilo assinala, de maneira bastante arguta ao meu ver, um movimento tenentista com duas fases distintas, sendo uma primeira, caracterizada pela incapacidade de unificação das ações dos militares, ainda no século XIX em meio às articulações do movimento republicano e que teria perdurado até 1904 quando do fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha (núcleo de formação dos oficiais na época).

Enquanto um segundo momento do movimento teria se dado no instante em que o *Correio da Manhã* publicou uma série de cartas atribuídas ao candidato à presidência vitorioso no pleito de 1922 Artur Bernardes e endereçadas ao ainda presidente Epitácio Pessoa com pesados ataques ao Exército e em especial à figura do Marechal Hermes da Fonseca, recém chegado da Europa e tratado nas cartas como “Sargentão sem compostura”, fato esse que entrou para a história como o episódio das chamadas “cartas falsas”.

O orgulho da tropa estava ferido e floresce com força entre os jovens oficiais o sentimento de restabelecer a moral da corporação a partir da intervenção militar, esses jovens se arrogaram o papel de articuladores

de um movimento armado que se pretendia, tendo o Rio de Janeiro como epicentro, nacional.

Lançar um olhar sobre o que teria motivado a atuação desses jovens militares, em sua maioria oficiais, significa perpassar toda essa trajetória de discussões em torno do fio condutor de suas ações, indo desde a possibilidade de estarem representando um segmento de classe dentro do espectro social e neste caso estamos falando da classe média, comuns as primeiras análises do movimento, passando pelas relações institucionais em que esses oficiais se encontravam imersos e que evidenciam a presença de demandas próprias no desenrolar dos acontecimentos para além da defesa de um extrato social. E assim, nomes como José Augusto Drummond, Boris Fausto, Nelson Werneck Sodré, José Murilo de Carvalho, entre outros, apresentaram eixos de análises distintos sobre o movimento desses jovens oficiais.

Temos ainda uma terceira corrente de análise que rejeita os extremos que tais análises acabam por apresentar, dessa forma o movimento tenentista carrega uma carga de demandas próprias dos militares que seriam fruto de anos de baixos investimentos e precariedade para o bem exercer da função, na visão deles, tão nobre na sociedade, mas que era fruto não só de um momento político conturbado que se arrastava por anos na Primeira República. Bem como um quadro econômico adverso que levava o Estado a atuar em favor de grupos econômicos específicos e que colocava o exército em um segundo, talvez até mesmo terceiro

plano de investimento aproximando-os, dessa maneira, a outro grupo que pelas mesmas políticas econômicas levadas adiante pelo Estado também se encontrava em segundo ou terceiro plano. A classe média.

Dentro dessa linha de análise que tenta conciliar os lados e demonstrar que, mesmo que não falassem em nome da classe média, não é possível imaginar o exército como uma ilha imune aos problemas que afligiam sobremaneira esses setores médios da sociedade, encontra-se a própria Anita Prestes que partindo de uma análise marxista apontou aquela que talvez fosse a grande contradição do movimento desses jovens oficiais.

Os tenentes, por fazerem parte, em sua maioria, desse caldo heterogêneo e complexo a qual chamamos de camadas médias urbanas acabavam ficando a reboque dos desmandos da elite liberal dominante do país e tal qual o conjunto dos representantes dessa parcela da população, não conseguiam elaborar uma pauta própria de reivindicações que fugisse a um “liberalismo de aparência”, em que o Estado constantemente se envolvia nos assuntos econômicos. Mas, segundo Anita Prestes, esses jovens oficiais se valeram desses mesmos ideais de “liberalismo” para lutarem contra a dominação das elites agrárias, iam os tenentes, portanto, portadores de um liberalismo radical, diferenciando-se dos demais dissidentes, pelo caráter revolucionário de suas ações (e não só revolucionário, bem como radical).

Seguindo nessa mesma chave de análise que evidencia o aspecto contraditório da ação desses militares está Maria Cecília Spina Forjaz, para quem o comportamento político e ideológico dos tenentes não poderia ser explicado pela redução em duas alternativas, ou representantes das camadas médias, ou agentes atuando em defesa da instituição. Ao contrário, só poderiam ser explicados pela conjugação dessas duas posições: sua situação institucional como membros do aparelho militar do Estado e sua composição social como membros das camadas médias urbanas.

As somas dessas posições teriam sido fundamentais para o surgimento e fortalecimento de um movimento de rebeldia militar direcionado por jovens oficiais do exército, que ao mesmo tempo em que contestavam as arcaicas estruturas políticas pela ação revolucionária radical, se mostravam limitados e difusos em sua ideologia. Em outras palavras, os tenentes não se expressam apenas em nome do Exército, mas expressam também o inconformismo antioligárquico das camadas médias urbanas. O tenentismo é liberal-democrata, mas manifesta tendências autoritárias; busca o apoio popular, mas é incapaz de organizar o povo; pretende ampliar a representatividade do Estado, mas mantém uma perspectiva elitista; representa os interesses imediatos da classe média urbana, mas se vê como representante dos interesses gerais da nacionalidade brasileira.

Tentei apresentar aqui, de maneira o mais sucinta possível, que o ponto central das análises acerca das ações do tenentes não consiste em apontar os jovens oficiais do exército rebelados no início da década de 20 enquanto representantes de um dado setor, ou, no outro extremo, marcados pelo seu aspecto organizacional, é necessário que o pesquisador não perca do foco as representações que estes militares constituíram sobre a realidade social de seu tempo, que impulsionaram a postura de um determinado grupo de oficiais à ação revolucionária.

Capítulo 3

TRIUMPHOU A REVOLUÇÃO

O título deste capítulo reproduz o conteúdo da manchete que ilustra a primeira página do *Correio da Manhã* do dia 24 de outubro de 1930, celebrando a vitória, não só, das elites agrárias dissidentes, bem como todos os demais grupos que apoiaram o movimento que conduziu Getúlio Vargas ao poder encerrando, dessa maneira, um ciclo político e social que vinha se arrastando ao longo de boa parte da década de 20, com momentos de maior ou menor intensidades.

Dentre os muitos sujeitos inseridos nesse cenário de ebulição que viria a representar o ocaso da primeira República no Brasil nos defrontamos, como já analisado no capítulo anterior, com a atuação destacada de uma parte da oficialidade do exército brasileiro, radicalizada desde os acontecimentos envolvendo a revolta do Forte de Copacabana em 1922 e que se manteve ativa durante todo o período até 1930. Não à toa, alguns autores tratam a Revolução de 30³⁶ como a fase dos tenentes no poder advinda de rebeliões que se prolongaram ao longo de toda a década de 20.

Se é certo dizermos que as ações desses jovens militares contribuíram para o enfraquecimento político das elites agrárias então dominantes no

³⁶ Me utilizo aqui do termo empregado, entre outros, por Boris Fausto sem me ater ao debate do uso do termo Revolução ou Golpe, o que poderia nos levar a uma discussão longa e pormenorizada, distante daquilo que nos interessa abordar;

cenário nacional, em paralelo com a crise do paradigma econômico brasileiro assentado nas exportações de café e na desvalorização da moeda, uma questão surge imperativa: qual teria sido o combustível a alimentar a chama dessa rebeldia militar por tanto tempo, não só entre esses jovens oficiais militares, mas também na relação entre estes e a própria sociedade?

Como pôde permanecer ativo durante tanto tempo um movimento que, se friamente analisado, fracassou em seu intuito de deposição do governo federal em 1922 – se fôssemos nos ater ao debate historiográfico em torno do qual se discute o movimento desses militares rebelados e sua ligação com às camadas médias, nos acontecimentos a que no referimos, essa ligação, se é que ela em algum momento existiu, não aparece clara nas páginas do *Correio*. Em uma segunda tentativa voltou a não alcançar seus objetivos centrais (mesmo que aqui não se possa falar em fracasso total, mas estiveram longe de derrubarem o governo) em 24 e por fim, se afastou dos grandes centros urbanos levando o conflito para o interior do País e mesmo assim, lá estavam em 1930 com seus representantes, conduzindo um presidente preso a mesma fortaleza em que, oito anos antes, haviam sido derrotados?

Ao analisarmos todo esse período de efervescência política entre os jovens oficiais do exército brasileiro frente o governo federal, a coluna Miguel Costa-Luís Carlos Prestes foi, sem dúvida alguma, a grande façanha desses homens. Fica evidente o peso desta em relação as outras

rebeliões, não só pela duração, mas também pela magnitude dos números apresentados. Estamos falando de uma marcha basicamente composta por militares (acrescida de alguns poucos civis, divididos entre homens, mulheres e índios) que percorreu nada mais, nada menos que 25.000 Km em 14 dos 20 estados existentes na federação aquela época. Esses números se tornam ainda mais impressionantes se lembrarmos que todo o litoral brasileiro conta com algo perto de 7.400km.

Poderíamos, portanto, em uma análise preliminar acerca da razão pela qual o imaginário tenentista se manteve vivo por toda a década de 20, não só entre os próprios militares partícipes do movimento, bem como junto a outros setores da sociedade que se buscava mobilizar, atribuir à *Coluna invicta* – como foi algumas vezes chamada – um papel importante na criação dessa ideia de que um conjunto de homens e mulheres estão arriscando suas vidas para salvarem o Brasil da tirania de certos grupos políticos. Em outras palavras, o heroísmo desses jovens oficiais (e suas vitórias militares) foi o combustível necessário à manutenção desse imaginário, sem o qual o movimento tenentista não teria razão para ter perdurado por tanto tempo a ponto de terem, ainda em 1930, um papel importante a cumprir nos acontecimentos revolucionários que se seguiriam.

Contudo, ao lançarmos um olhar mais detalhado acerca da relação entre estes militares rebelados e a sociedade civil veremos que, do ponto

de vista das relações entre estes oficiais e a massa da população rural, o distanciamento era latente como aponta Boris Fausto:

“a Coluna não logrou estabelecer vínculos com as massas rurais, nem se propunha a isso. A marcha se destinava a ‘manter vivo o facho da revolução’, isto é, visava a realizar um protesto heroico, com os olhos voltados para o meio de onde provinha – os centros urbanos”.³⁷

E, se não podemos tratar de uma aproximação duradoura entre os soldados nômades da coluna Prestes e a massa da população brasileira que, nesta época, se encontrava no mundo rural. Também não ocorreu, junto aos centros urbanos, o apoio esperado. O mesmo Boris Fausto afirma que:

“A outra face da moeda que explica a inexistência de laços organizatórios mais sólidos entre militares rebeldes e os meios políticos civis, foi a atitude dos quadros mais representativos das dissidências oligárquicas, para quem os ‘tenentes’ representavam uma força de reserva, com a qual se especulava evitando-se compromissos permanentes”.³⁸

Por uma outra via, a da estrutura militarizada da coluna e de seus principais representantes, José Augusto Drummond justifica essa falta de apoio ao dizer:

“Levando em conta os condicionamentos militaristas que venho destacando, creio que a resposta não surpreenderá: sua ação política era pouca, apressada e elitista.”³⁹

³⁷ FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. Historiografia e História. 10ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, pg. 61;

³⁸ Idem;

³⁹ DRUMMOND, Jose Augusto. O Movimento Tenentista: a intervenção militar e conflito hierárquico (1922-1935). Rio de Janeiro, Graal, 1986;

Dessa forma, mesmo que por conclusões distintas, nos parece bem assentado que a classe média brasileira, reticente da utilização da estratégia da violência tanto no Rio de Janeiro em 1922, quanto em São Paulo em 1924, continuava distante do alcance desses bravos combatentes. Isso para não falarmos das elites agrárias dissidentes. Ao que tudo indica, para estas camadas, o uso da violência como prática de luta política se encontra no campo do politicamente não aceito. Essa constatação acaba por tornar bastante frágil a argumentação de uma parte da historiografia inicial sobre o movimento tenentista, que sustenta a ação desses jovens oficiais como representação dos anseios das camadas médias urbanas.

Ao analisarmos o mais impactante movimento de rebeldia desses jovens oficiais do exército brasileiro no decorrer das agitações que emolduram a década de 20, encontraremos um alto grau de improvisação de suas ações. Nas palavras da historiadora Anita Leocádia Prestes.

“Diferentemente do que com frequência se imagina, a Coluna não foi uma campanha militar prevista com antecedência, com planos previamente traçados e objetivos claramente delineados. Pelo contrário, as soluções — muitas de grande originalidade, como o rompimento do "anel de ferro" em São Luís, a ruptura do "fundo de garrafa" em que o general Rondon dizia ter encurralado os revolucionários, ou a famosa manobra do "laço húngaro" no norte de Minas Gerais — eram encontradas diante do próprio desenrolar dos acontecimentos, tendo como objetivo apenas sobreviver, continuar a luta, manter acesa a chama revolucionária, contribuir para que os "tenentes" que haviam ficado nas

idades organizassem novos levantes para derrubar o oligarca-mor, Artur Bernardes”.⁴⁰

O próprio surgimento da Coluna se deu fruto de uma contingência histórica, não de um plano estratégico. Com o desenrolar dos acontecimentos de 24 em São Paulo, aonde as forças legalistas se encontravam em número muito superior, duas alternativas se apresentavam a estes militares rebeldes: capitulação ou fuga.

“Diante do avanço de um inimigo que contava com enorme vantagem numérica e de poder de fogo, não havia alternativa senão marchar pelo país, tentando evitar esse inimigo, distrair a sua atenção e atraí-lo para o interior, com o intuito de favorecer possíveis levantes militares nas principais cidades. Era a famosa "guerra de movimento", preconizada por Prestes em sua carta ao general Isidoro Dias Lopes, escrita de Barracão. A outra opção seria emigrar para o estrangeiro, abandonando, portanto, a luta. Prestes mostra como esta foi a escolha de muitos que, uma vez engajados no levante, perceberam que a vitória não seria rápida, nem fácil, nem certa, como pensavam.”⁴¹

E se acrescentarmos à discussão o fato de que, mesmo tendo sido um movimento no mínimo espantoso (Drummond, por exemplo, a coloca no hall dos grandes feitos militares de todas as épocas), a Coluna Prestes se dispersa em 1927, o que nos dá um hiato de 3 anos em relação aos acontecimentos de 1930 em que os tenentes continuavam nas vanguardas revolucionárias, temos diante de nós um problema.

⁴⁰ PRESTES, Anita Leocádia. *A Coluna Prestes: uma proposta de trabalho*. In. Revista de História, São Paulo, 1985, nº 118;

⁴¹ *Idem*;

A Revolução de 30 teria representado para boa parte da historiografia brasileira sobre o período o suspiro final de uma etapa de nossa história republicana, etapa esta que dava sinais de esgotamento de seu modelo econômico (de apoio ao setor agroexportador conjugado com constantes ações de desvalorização cambial) e de suas estruturas políticas, profundamente ligadas aos desígnios justamente dessa elite agrária cafeeira. A crise dos anos 20, portanto, teria sido essa “tempestade perfeita” ao reunir uma grave crise econômica à uma profunda contestação da ordem política, agravada pela ação de um grupo de jovens militares rebeldes atuando (mesmo que de forma isolada) para a destituição do *status quo*.

Se o nosso objetivo é entender de forma convincente o que poderia ainda ter dado *corpo* ao tenentismo durante todo esse período, mesmo em face de todas as adversidades (ideológicas, militares, temporais e políticas) devemos mudar o foco de análise e, dessa maneira, partir da premissa de que o contorno que as ações desses jovens oficiais do exército foi ganhando ao longo da década não somente é resultante de suas ações enquanto movimento de rebeldia. Elas seriam, também, resultado da ação de sujeitos fora da esfera militar, porém, inseridos no contexto da tentativa de modernização da política brasileira, entre os quais o *Correio da Manhã*.

Jornal com grandes tiragens na Primeira República e que se mostrou simpático, não só ao movimento em si, mas a expectativa de mudanças

trazidas com as ações desses militares, o *Correio* foi de fundamental importância para a manutenção do imaginário tenentista vivo, não só junto a população civil, bem como, junto aos próprios militares.

Ele seria, portanto, mais um fator na crise dos anos 20 que culminou com a substituição dos grupos políticos dominantes até então no cenário nacional. Temos, dessa maneira, a conjunção de uma grave crise do paradigma econômico, aliada a um processo de enfraquecimento políticos desses grupos dominantes (muito por não terem sido capazes de darem respostas aos problemas econômicos que pudessem açambarcar outras camadas do tecido social e não simplesmente puni-las como era o costume). Temos também, jovens militares que estão atuando como instrumento de pressão pela luta armada, além de um importante veículo de comunicação contribuindo com tudo isso em suas páginas e mantendo o imaginário tenentista vivo no seio da sociedade.

Nosso objetivo nesta pesquisa passa, dessa maneira, por alçar o *Correio da Manhã* a categoria de sujeito importante no processo de desestabilização experimentado pela Primeira República em seus momentos finais. Mas, não nos seria possível apresentar, através das páginas do jornal, argumentos que confirmem essa nossa hipótese sem antes nos debruçarmos sobre uma questão anterior: como é construído o discurso em um jornal? Não dá para fazer essa passagem direta das páginas do jornal, para a construção desse imaginário que se mostrou

bem mais forte do que, talvez, os próprios militares pudessem acreditar. É necessário que analisemos todo o movimento.

No momento em que optamos por tomar um jornal como objeto central de pesquisa, reconhecemos *ex ante* que o texto de um jornal corresponde a um objeto ao mesmo tempo linguístico, porém, datado historicamente. Assim sendo, analisar o conteúdo das páginas de um jornal significa compreender não só como o texto produz sentido, mas para qual sociedade historicamente determinada produz sentido. Nesse horizonte de análise reconhecemos um dos aspectos centrais na elaboração do discurso, ou seja, sua intrínseca relação com as situações conflitantes que movem a sociedade.

Para o russo Mikhail Bakhtin⁴², que faz uma análise marxista dos sentidos do discurso, o modelo de agrupamento social no qual os sujeitos estão inseridos é determinante para os tipos de discursos produzidos por eles. As relações do mundo da concretude, do material, vão determinar as nuances do discurso dos sujeitos, com isso, segue que todo enunciado é socialmente dirigido.

Essa relação pode ser percebida nos seguintes aspectos: a realidade material, infra estrutural, na qual se situam indivíduos socialmente organizados, dá origem a um conjunto de significados. Esses

⁴² BAKHTIN, Mikhail M. (VOLOCHÍNOV, Valentin N.). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico nas ciências da linguagem*. 13ª edição, São Paulo: Editora Hucitec, 2012;

significados, criados por esses grupos e elaborados no fluxo das relações sociais, originam as consciências individuais. A partir de então estas consciências individuais entram em um processo de interação umas com as outras. Ao retratar esse movimento de circularidade do discurso o pensador russo afirma que:

“Os signos só podem aparecer em um *terreno interindividual*. Ainda assim, trata-se de um terreno que não pode ser chamado de “natural” no sentido usual da palavra: não basta colocar face a face dois *homo sapiens* quaisquer para que os signos se constituam. É fundamental que estes dois indivíduos estejam socialmente organizados, que formem um grupo (uma unidade social): só assim um sistema de signos pode constituir-se. A consciência individual não só nada pode explicar, mas, ao contrário, deve ela própria ser explicada a partir do meio ideológico e social.”⁴³

O discurso encarado dessa forma seria, portanto, uma possibilidade de ação social pela qual os seres sociais interagem e influenciam-se reciprocamente construindo assim a percepção de realidade que os cerca. Seria este o “sentido” do discurso. Este seria uma construção social, um empreendimento coletivo, circular e interativo pelos quais os indivíduos, influenciados pela dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas em que se encontram, constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos à sua volta.

Sendo o discurso uma construção social, circular, recíproca e permeado pela realidade material em que estão inseridos os sujeitos dessa

⁴³ *Idem*;

relação, como se apresenta o papel da mídia como componente dessa realidade? Para o pesquisador francês Patrick Charaudeau, o papel da mídia é contraditório, na medida em que seus integrantes, ao mesmo tempo em que são legitimados como únicos capazes de informar, buscam também e principalmente, a captação de novos adeptos em razão das condições do mercado de comunicações.

“fazer saber, que deve buscar um grau zero de espetacularização da informação (...); fazer sentir, que deve fazer escolhas estratégicas apropriadas à encenação da informação para satisfazer o princípio de emoção ao produzir efeitos de dramatização.”⁴⁴

Percebe-se, mais uma vez, o peso que a organização material da sociedade acaba tendo sobre a elaboração dos diferentes discursos, na mídia *in genere* e, mais precisamente no nosso caso, no jornal. Credibilidade e espetáculo são os lados de uma mesma moeda. Paralelamente ao dispositivo de exibição, que almeja a construção da credibilidade, opera o dispositivo de espetáculo, tendo em vista à cooptação de um número cada vez maior de leitores e que pode acabar constituindo a vocação preponderante da mídia.

Para Charaudeau, as mídias não vivem apenas de uma lógica comercial, mas também se constituem em uma maneira própria de construção da realidade:

⁴⁴ CHARAUDEAU, Patrick. *O discurso das mídias*. Trad. Ângela M. S. Correa. São Paulo: Editora Contexto, 2006

“por que analisar o discurso midiático, se as mídias parecem viver uma lógica comercial onde só haveria lugar para estudos econômicos, tecnológicos ou de *marketing*?(...) É claro que a resposta é negativa para quem acredita que, para além da economia e da tecnologia, há o simbólico, essa máquina de fazer viver as comunidades sociais, que manifesta a maneira como os indivíduos, seres coletivos, regulam o sentido social ao construir sistemas de valores.”⁴⁵

Este autor se aproxima do pensamento bakhtiniano ao atribuir à mídia uma dupla lógica: se a realidade material torna evidente a dimensão mercadológica, por outro há, como já apontado no trecho acima, uma valorização da dimensão simbólica. Essa relação dialética se encontra também na obra do autor russo, quando este aborda os conceitos de reflexo e refração. Acontecimento e discurso jornalístico estão em espaços temporais distintos, logo, quando um jornal relata um fato qualquer, este não é um reflexo ao modo chapado do acontecimento propriamente dito, mas sim, uma recriação do mesmo.

“Se são um espelho, as mídias não são mais do que um espelho deformante, ou mais ainda, são vários espelhos deformantes (...) [que] mostram, cada um à sua maneira, um fragmento amplificado, simplificado, estereotipado do mundo.”⁴⁶

Ao nosso objeto de pesquisa, o *Correio da Manhã*, coube um papel importante no contexto da crise dos anos 20, não pela lógica mercadológica da luta por novos leitores, afinal, no período em questão, o jornal já se apresentava como um dos mais lidos por boa parte das

⁴⁵ Idem;

⁴⁶ Idem;

camadas urbanas da Primeira República. Mas sim, por sua ação social no sentido de construir uma percepção, junto aos seus leitores, de uma realidade que lhe interessava.

Sendo assim, é possível notar que mesmo antes dos acontecimentos rebeldes de 1922 (ocorridos no dia 05 de julho) na cidade do Rio de Janeiro o *Correio* atua de forma a construir em suas páginas uma narrativa que pudesse dar forma aos ataques desferidos contra a oligarquia dominante por parte da jovem oficialidade do exército brasileiro. Às vésperas da revolta na fortaleza de Copacabana, por exemplo, o periódico ressaltava o clima tenso existente entre o governo e setores militares colocando um dos pivôs para a eclosão do conflito, o Marechal Hermes da Fonseca, como vítima dos desmandos das elites no poder.

A edição do dia 04 de julho de 1922 trazia em sua página inicial “O Marechal Hermes da Fonseca foi ontem posto em liberdade, ao meio dia” e continua “contra o ato de fechamento do clube militar protesta o sr. Octávio Rocha, devolvendo ao presidente da República a pecha de anarquista lançada pelo respectivo decreto aos sócios daquela associação de classe”⁴⁷. Já no corpo da reportagem pode ser lido:

“escreve-nos um nosso leitor:

Sou um leitor assíduo do *Correio da Manhã*, desde que ele existe, tendo sido um soldado obscuro e anônimo das suas campanhas cívicas. Fui com ele civilista e hoje patriota mais do que nunca.

⁴⁷ *Correio da manhã*. 04 de julho de 1922;

Enviei, por isso, ao Marechal o telegrama seguinte, que transmito ao Correio, porque suponho que não chegará ao seu destino:

“Marechal Hermes, 3º regimento, praia vermelha. – Felicito vossa excelência gloriosa prisão.” – Domingos Ubaldo Lopes Ribeiro.⁴⁸

A escolha por parte do jornal em apresentar o Marechal Hermes da Fonseca como figura de destaque em meio aos acontecimentos de 22 não só persiste, bem como, em alguns momentos, se sobrepõe ao próprio governo. Ao noticiar a prisão no 3º regimento (aquartelado na praia vermelha) do “sempre sorridente”⁴⁹ presidente do clube militar, o *Correio* ressalta que por decisão do General Menna Barreto a própria sede do comando da 2ª brigada de infantaria fora transferida para o mesmo prédio em que se encontrava o Marechal detido, dando como justificativa: “Esta transferência foi uma homenagem a alta patente do ex-presidente da República”⁵⁰.

A edição do periódico descreve, ainda, uma manifestação na Av. Rio Branco (centro da capital) em apoio a soltura de Hermes da Fonseca e de como estes manifestantes foram recebidos com violência pelas forças policiais

“Descendo pela avenida Rio Branco, fizeram uma parada em frente ao Palace hotel, com o intuito de homenagear o marechal Hermes da Fonseca, que ali se achava.

Os manifestantes subiam, talvez, a trezentos ou quatrocentos, e, dentre estes, o advogado Cunha Vasconcelos, pediu a palavra, para saldar o chefe do nosso exército.

⁴⁸ Idem;

⁴⁹ Idem;

⁵⁰ Idem;

(...) era o famigerado delegado do largo do Rocio, dr. Francisco Chagas, que veio intimar os manifestantes a dissolver a reunião. E porque vinha intimar, foi logo mandando um esquadrão de cavalaria pisar todo mundo”.⁵¹

No momento em que explode o movimento sedicioso em algumas guarnições na capital federal, a cobertura jornalística do *Correio da Manhã* aborda sempre os acontecimentos pelo viés de movimento revolucionário, apesar disso, a inexistência de um projeto de governo que pudesse ser encampado acaba se refletindo na forma com que as páginas do *Correio* vão retratar o auge da insatisfação desses jovens oficiais do exército frente aos seus adversários no poder.

Ao lermos a edição do *Correio da Manhã* do dia 06 de julho de 22, podemos notar que, mesmo já estando o bairro de Copacabana sob ataque dos poderosos canhões da fortaleza, o jornal ainda divide a primeira página com assuntos internacionais (na formatação do jornal, as notícias internacionais normalmente ocupavam a primeira página), no caso aqui, a apresentação de um projeto para a limitação de armamentos na liga das nações.

Contudo, em muitas das edições anteriores, os debates acerca das ações de repressão do governo em relação a setores militares tomavam a quase totalidade das primeiras páginas, apresentando, dessa maneira, militares rebeldes que estariam agindo no forte de Copacabana de maneira reativa. A insatisfação crescente de parte do exército brasileiro

⁵¹ Idem;

em relação ao governo foi sendo apresentada nas páginas do jornal, desde o conturbado processo eleitoral de Pernambuco, passando pelo fechamento do clube militar e a prisão de um dos seus principais quadros.

Se na edição do dia 27 de maio a situação em Pernambuco fora retratada de forma bastante dura como podemos notar:

“Em toda a existência da República, quer nos períodos acentuadamente ditatoriais, quer na mascarada do chamado legalismo, nada houve que se parecesse com esse deboche de arbítrio cínico, ostentado em desafio aos protestos da opinião nacional”⁵².

Tal ataque ainda se limitava a um editorial na segunda página do jornal. A coisa muda de figura já no dia 31 do mesmo mês, por exemplo, quando o *Correio* traz em destaque o clima de instabilidade e violência que tomava conta da capital de Pernambuco às voltas com um processo eleitoral e que estava sendo colocado a efeito pelo exército brasileiro seguindo as ordens da presidência. Em sua manchete pode ser lido “O senhor Epitácio Pessoa prossegue na sua obra sinistra de conquista, a ferro e fogo, para os seus parentes, do governo de Pernambuco”⁵³.

Ao que nos parece, na impossibilidade de declarar apoio público ao movimento dos jovens oficiais do exército, dada a falta de um projeto político bem definido, já bastante retratada na historiografia existente sobre o período, somado a um comportamento militarizado e elitista por parte dos militares, resultou em uma postura crítica bastante carregada do jornal em relação ao governo. Como se o *Correio da Manhã* estivesse conformando as ações dos tenentes, ressaltando os aspectos negativos das ações do governo. Significando

⁵² *Correio da manhã* 27 de maio de 1922;

⁵³ *Correio da Manhã* 31 de maio de 1922;

a existência, também por parte do jornal, de um projeto de enfrentamento frente a um governo oligárquico, independentemente do apoio de outras camadas sociais.

Mesmo com a derrota dos militares revoltosos, tanto na vila militar, quanto, principalmente, o grupo liderado por Siqueira Campos no forte de Copacabana, o *Correio da Manhã* continuou a confrontar o governo em suas páginas. Em sua edição de 8 de novembro de 1922, mesmo muitos meses após os acontecimentos dramáticos da capital federal, o jornal continuou a manter os debates acerca daqueles acontecimentos vivos em suas páginas, é possível ler em matéria de capa o discurso de defesa do deputado Macedo Soares, então acusado de ter incentivado os atos rebeldes dos jovens militares. Em meio aos seus argumentos de defesa o deputado reproduz na tribuna da câmara carta escrita pelo então senador Nilo Peçanha e datada de 5 de julho (portanto, no calor dos acontecimentos) aonde o mesmo dizia:

“sou dos que defendem, entretanto, que os bravos militares que, perseguidos e em desespero, se insurgiram pelos destinos constitucionais do exército, aniquilados embora, escreveram com seu sangue uma grande página de estoicismo pela República e pela liberdade.”⁵⁴

Como é possível percebermos, o *Correio da Manhã*, na construção da sua narrativa acerca do movimento de jovens oficiais do exército, opta por, mais uma vez, retomar a ideia desses jovens militares reagindo aos desmandos das elites no poder, materializadas na cadeira de presidente. Corrobora nossa chave de análise se acrescentarmos dois dados bastante curiosos, mas muito longe de estarem ligados ao acaso, a essa construção. Primeiro: o fato de que, no momento de publicação desta edição, o Brasil estava a apenas uma semana da

⁵⁴ *Correio da manhã* 08 de novembro de 1922;

posse do presidente eleito, e grande desafeto dos militares insurgentes, Artur Bernardes. Em segundo lugar, não menos importante, é bastante ilustrativo dessa tomada de posição o fato de que na edição de 16 de novembro, portanto, a edição da posse do novo governo, a primeira página tenha trazido como matéria central o momento político conturbado na Turquia e na Grécia, relegando à posse do novo governo a um espaço na segunda página.



Edição do *Correio da Manhã* de 16 de novembro de 22

Essa posição de confrontação do jornal frente aos quadros dirigentes do país certamente contribuiu, não só para manter o imaginário do movimento tenentista vivo entre militares e civis, bem como a própria prisão de seu diretor Edmundo Bittencourt está diretamente ligada ao apoio dado por este aos rebeldes. Apesar do hiato das ações militares que se seguiram após o ano de 1922, os questionamentos não pararam a ponto de, na data de 7 de julho de 1923 o jornal apresentar em sua capa o discurso do deputado Macedo Soares na Câmara dos Deputados, o mesmo que, no final de 1922, já havia apresentado na tribuna do parlamento a defesa feita por Nilo Peçanha às ações postas em prática pelos militares e publicadas, também em primeira página, pelo jornal.

Dessa vez, contudo, não se tratava mais de defender a ação dos militares, mas de se criticar a manutenção do estado de sítio por parte da administração federal. Entre outras coisas, denunciava o deputado:

“Todos os senhores deputados sabem que essa velha e cada vez mais despótica intolerância, começa por desencantar, desanima e acaba por desiludir totalmente as esperanças e o ardor patriótico com que cada um de nós senta-se, pela primeira vez, nas cadeiras da representação nacional.

(...) Mas hoje, o estado de sítio amordaçou as vozes dos jornais. Sufocou a liberdade de consciência da nação. Estabeleceu o crivo policial para todas as opiniões.”⁵⁵

A dramaticidade com que os discursos criticando o governo são apresentados no *Correio* dão o tom editorial do jornal. O aspecto teatral, dramático, dá ao público leitor de suas páginas o espetáculo necessário a captação de novos consumidores e, sem dúvida, reforça a credibilidade a que todo veículo de comunicação tem por objetivo, como bem afirma Charaudeau.

Dois anos após os acontecimentos do Rio de Janeiro, as ações de rebeldia dos jovens oficiais do exército se manifestam mais uma vez, só que agora, na cidade de São Paulo (já se apresentando como um importante dínamo da economia brasileira e, principalmente, base política da oligarquia então dominante na política). No dia 5 de julho de 1924 explode uma rebelião militar na capital paulista tendo como principais nomes o General Isidoro Dias Lopes, o Major Miguel Costa, entre outros. Os rebeldes se apoderam da cidade de São Paulo e lá

⁵⁵ *Correio da manhã* 07 de julho de 1923;

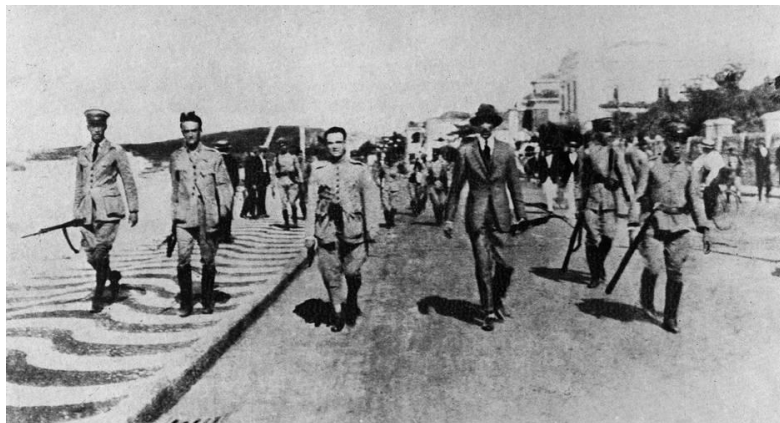
permanecem durante aproximadamente três semanas, quando as tropas decidem se retirar em marcha para o oeste do estado paulista.

Se a ação rebelde não chegou a ser um assalto ao céu, como a dos comunidos em Paris na década de 70 do século XIX, também não foi um raio em céu sereno. As motivações para essa nova empreitada militar passam, entre outras coisas, pela situação política vivida pela nação naquele momento. Governando sob estado de sítio desde os acontecimentos de 1922, o presidente Artur Bernardes fez valer os poderes excepcionais de que dispunha colocando em prática uma política de neutralização de seus opositores.

Por meio de leis autoritárias e duras que restringiram a liberdade de imprensa e os direitos individuais, o presidente pôs em prática uma política de desmonte das máquinas administrativas dos governos estaduais considerados adversários políticos do presidente (a perseguição a Nilo Peçanha, então candidato de oposição derrotado nas urnas em 22, pode ser vista como exemplo desta política). Tal estado de exceção, aliado a uma economia com fortes sinais de esgotamento baseada, quase que exclusivamente, na exportação de um único produto e que vinha apresentando resultados cada vez mais claudicantes na balança comercial serviram como combustível para as ações dos militares em São Paulo.

Mais uma vez, notamos aqui a participação ativa do *Correio da Manhã*. Assim como nos acontecimentos no Rio de Janeiro dois anos antes, o jornal destaca em suas páginas as ações dos militares enquanto movimento coletivo de contestação ao governo. Sintomático dessa

postura atuante do jornal foi o fato da publicação exibir em matéria de capa, no dia da deflagração do novo levante a foto:



Com destaque, não só para o título dado a fotografia “Uma foto histórica”, bem como a legenda que se segue logo abaixo: “O 5 de julho e os heróis de Copacabana”. Interessante é constatar o fato dessa mesma “foto histórica” não ter sido publicada em 1922, no calor dos acontecimentos. Talvez uma prova das escolhas políticas do jornal, um indício de como o periódico encampou um projeto de elaboração de uma alternativa que o aproximava do liberalismo radical desses militares rebeldes.

Em sua edição do dia 6 de julho, o *Correio*, logo em suas linhas iniciais, apresenta a versão do governo sobre os fatos:

“O governo teve, esta manhã, a confirmação plena de que continuam impenitentemente em ação os elementos subversivos que tanto mal tem feito ao bom nome do país. Assim, as notícias hoje recebidas de São Paulo, onde estalou um pequeno movimento militar, não o surpreenderam nem o encontraram desprevenido”.⁵⁶

⁵⁶ *Correio da manhã* 06 de julho de 1924;

Contudo, logo em seguida, o jornal apresenta um quadro bastante diverso da versão oficial do governo (cujo objetivo era, como não poderia deixar de ser, o de passar a imagem do estado senhor da situação). Em reportagem intitulada “Os boatos são contraditórios” o *Correio da manhã* não só trata o movimento como revolução, bem como desconstrói toda a imagem pintada pelos canais oficiais:

“Dizia-se que a frente do movimento, a qual só aderira a cavalaria da força pública, se encontrava o general reformado Isidoro Dias Lopes e que a guarnição da cidade de Pirassununga também aderira acrescentando os mesmos boatos que os revolucionários, senhores da situação, estavam de posse dos telégrafos e do palácio do governo.”⁵⁷

Se traçarmos uma cronologia descritiva dos momentos chaves do movimento de 1924 e como procedeu a cobertura jornalística dos fatos pelo *Correio da manhã*, teremos o dia 5 de julho como ponto inicial dos combates com a tomada do quartel da Força Pública de São Paulo e a consequente deposição do general Abílio de Noronha do comando militar do 2º Exército, aquartelado na cidade. A partir daí aconteceram cinco dias de fortes enfrentamentos entre rebeldes e as tropas legalistas culminando com a ocupação da cidade pelos revolucionários.

Derrotadas nesse momento inicial do movimento, as forças leais ao governo acabaram sendo forçadas a se deslocarem para os arredores da

⁵⁷ *Idem*;

capital paulista, ao mesmo tempo, os revoltosos iniciaram o alistamento de voluntários nas tropas rebeldes. Durante os dias cinco, seis, sete e oito de julho, a cidade de São Paulo se transformou em um verdadeiro campo de batalha.

Os combates colocaram frente a frente militares rebeldes e legalistas, esse primeiro confronto bélico poupou completamente a população civil e, no dia nove, os soldados revolucionários conseguiram ocupar a cidade. Ao relatar o momento, José Augusto Drummond afirma que:

“A conquista da cidade de São Paulo se deu à custa de um atrito sério entre Isidoro, de um lado, e Miguel Costa e alguns *tenentes* do exército do outro. Isidoro chegou a se decidir pela retirada de São Paulo, no dia 8, contra a opinião de Miguel Costa. A sorte dessa vez ajudou os *tenentes*: as forças legalistas, intimidadas, resolveram se retirar do perímetro urbano nesse mesmo momento, com o governador do estado e demais autoridades locais à frente. São Paulo caiu, assim, nas mãos vacilantes dos rebeldes.”⁵⁸

O *Correio da manhã* deu amplo destaque a situação de São Paulo e, nesses momentos iniciais de vitória rebelde, o jornal reservou grande parte de suas primeiras páginas à cobertura dos fatos.

⁵⁸ DRUMMOND, José Augusto. *O movimento tenentista: a intervenção política dos oficiais jovens (1922 – 1935)*. Rio de Janeiro, editora Graal, 1986;



Correio da manhã 06 de julho de 1924



Correio da manhã 08 de julho de 1924



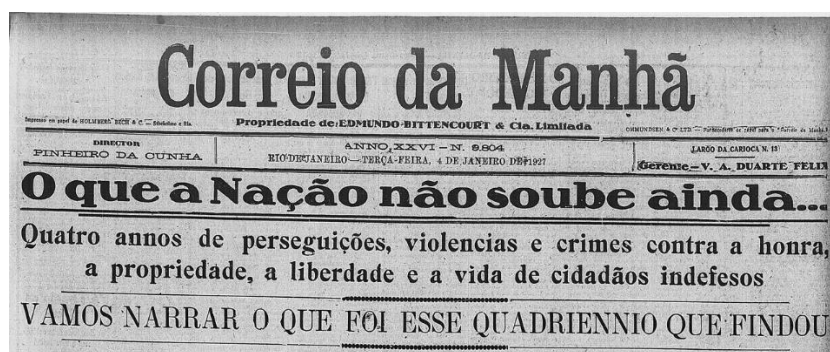
Correio da manhã 09 de julho de 1924

Na manhã do dia 11 de julho o general Eduardo Sócrates, comandante em chefe das forças legalistas, ordenara o ataque com canhões lançando bombas e granadas sobre os bairros operários de São Paulo. Os tiros eram dirigidos deliberadamente sobre as zonas residenciais da Mooca, do Brás e do Belém, afetando diretamente famílias de trabalhadores. Enquanto isso, no outro lado da cidade, do alto da Avenida Paulista, assim como nos bairros do Pacaembu e em Higienópolis, para aonde as tropas legais se retiraram após as derrotas dos primeiros dias, a elite paulistana assistia protegida a destruição da cidade pelas chamas ouvindo ao fundo os tiros dos canhões.

Basicamente, nesses ataques, se observarmos os bairros atingidos notaremos que se tratavam de bairros operários. Tais ações afetaram sobremaneira os mais pobres da cidade. A estratégia do Exército parece ter sido bem simples: disseminar o terror e o pânico entre as camadas civis mais baixas para que implorassem aos rebeldes que se rendessem.

Ataques menores sucederam-se nos dias seguintes, nesse exercício de guerra realizado pelo Exército visando minar o ânimo dos rebeldes, além de indispô-los perante a população.

Mesmo muito tempo depois das atrocidades cometidas pelas forças legalistas a mando do governo Artur Bernardes, o *Correio da Manhã* publicou relatos bastante vívidos sobre os acontecimentos daquela manhã de 11 de julho de 1924. Já em sua edição de 04 de janeiro de 1927 o jornal estampou na primeira página:



Correio da manhã 04 de julho de 1927

E no corpo da reportagem destacam-se os relatos do general Abílio de Noronha, comandante da região militar de São Paulo até o avançar das forças rebelde. Contudo, o *Correio* começa a edição reproduzindo o comunicado oficial do governo que dizia:

“O governo recebeu do comando em chefe das forças legais, a comunicação oficial de que os revoltosos abandonaram, em fuga, a capital de São Paulo, em várias direções, sendo perseguidos por aquelas forças.”⁵⁹

Logo em seguida, em reportagem intitulada “Narrando a verdade”, o periódico traz então os relatos do general Abílio de Noronha confrontando a versão do governo:

⁵⁹ *Correio da manhã* 04 de janeiro de 1927;

“Os revoltosos saíram de São Paulo – diz em seu livro o general Abílio de Noronha – quando e como quiseram, levando viaturas, artilharia, víveres, armamentos, munições, feridos, etc. Tudo embarcando em vagões de estrada de ferro e como se estivessem em plena paz ou, pelo menos, com o inimigo a 50 léguas de distância.”⁶⁰

A capa do jornal é toda ela dedicada a apresentar as ações do governo Bernardes como desnecessárias e covardes tendo os relatos de um ex. comandante legalista o ponto de veracidade das denúncias

“Se considerarmos o emprego da artilharia divisionária em operações contra os rebeldes, no período de 10 a 28 de julho, temos que constatar, com a máxima tristeza, que a artilharia não fez outra coisa senão atirar sobre a capital paulista, cidade aberta por excelência, e ocupada por número pequeno de rebeldes, sem fortificações que requeressem tiros de destruição a longa distância.

Atirou-se a esmo, sem objetivo rigorosamente determinado, sem que se soubesse os pontos exatos dos revoltosos. Basta o exemplo seguinte: no dia 12 achava-se colocada na encosta de Guayaúna, uma bateria de tiro longo, 75, St. Chamond, e o seu comandante recebeu ordem de atirar sobre a Praça da República. Perguntamos: qual poderia ser o objetivo militar que obrigasse uma bateria em posição, com alça de 9.500 metros a abrir fogo sobre uma das mais belas praças de São Paulo, fogo este que absolutamente não poderia ser controlado por um posto de observação e, por conseguinte, não podia ser corrigido?”

Devemos analisar os depoimentos do ex. chefe legalista, também pelo prisma de quem está tentando se eximir de responsabilidades sobre a tragédia. Em parte, pode-se interpretar essa retratação como um modo de se eximir da responsabilidade pelo ataque. Noronha, após ter sido destituído do cargo pelas forças rebeldes, foi “gentilmente” convidado pelo general revolucionário Isidoro Dias Lopes a retornar ao Rio de Janeiro.

⁶⁰ *Correio da manhã* 04 de janeiro de 1927;

O comando das operações militares do exército federal, legalista, ficou a cargo de dois generais. Eduardo Sócrates era o comandante das tropas enviadas por terra pelo Vale do Paraíba e que cercaram a cidade de São Paulo a partir dos pontos de tiro dos altos da zona leste. Enquanto pelo lado sul, na direção da estrada de ferro, chegaram os militares desembarcados no porto de Santos. Desde o quartel general sediado na vizinha São Caetano, o estado-maior do general Carlos Arlindo comandava todas as operações em direção aos bairros da região sul.

Com a retirada das forças rebeldes da cidade de São Paulo em direção ao Paraná, fica claro que, mais uma vez, o movimento dos jovens oficiais do exército fracassou em suas pretensões de derrubada do governo e para além disso, a baixa adesão de certos segmentos da sociedade civil ainda se fez presente. Isso talvez explique a cobertura bem mais intensa do *Correio da Manhã* em 1924 do que em 1922 visando angariar o apoio mais explícito dessas parcelas da sociedade.

O resultado dessa participação maior do periódico não poderia ser outro: foi fechado pelo governo Artur Bernardes sob a acusação de apoio ao movimento rebelde, ficando em silêncio de 31 de agosto de 1924 (última publicação do ano) até 20 de maio de 1925 data do seu retorno.

Capítulo 4

NÃO VENCEMOS, MAS NÃO FOMOS VENCIDOS.

Com a saída das tropas rebeldes da cidade de São Paulo se dirigindo, então, em direção ao oeste do Paraná, para logo em seguida se unir à coluna rebelde oriunda do Rio Grande do Sul teve início a coluna da morte, ponto culminante do movimento tenentista por sua duração e extensão, como já abordado. O objetivo central do novo movimento continuava sendo marchar sobre o Rio de Janeiro e depor o presidente da República de então, Artur Bernardes, principal representante das elites agrárias tão odiadas pelos tenentes.

Entretanto, por falta de força militar, os rebeldes acabaram por não lograrem êxito e terminaram por emigrar para fora do Brasil. A frase atribuída ao cronista da Coluna Prestes, o capitão Lourenço Moreira Lima, que dá título a este capítulo, deixa claro que, se por um lado o objetivo central não fora alcançado pelos jovens militares, por outro, também a coluna não foi derrotada pelas tropas legalistas. Nesse momento de auge revolucionário, ganha destaque a figura do capitão Luiz Carlos Prestes. Lembremos que Prestes não era nenhum neófito quando o assunto se referia à rebeldia militar, ele próprio só não participou dos acontecimentos rebeldes do forte de Copacabana em 1922 por se encontrar acamado durante o levante, e que nesse momento já gozava de prestígio entre os militares.

É bem verdade que Prestes ainda estava longe de ser aquele que, no futuro, seria retratado em verso e prosa como o cavaleiro da esperança por Jorge Amado. Porém, já se encontrava engajado na oposição ao governo Artur Bernardes quando os acontecimentos em São Paulo se precipitaram em 1924. Após as três semanas em que a capital paulista esteve sob o controle das tropas de Isidoro Dias Lopes e de Miguel Costa os rebeldes abandonaram suas posições e seguiram em direção ao Estado do Paraná.

Logo depois foi a vez das guarnições no Rio Grande do Sul se sublevarem e, lideradas por Prestes também rumaram em direção ao Paraná aonde se encontraram com as forças paulistas. Os dois grupos rebeldes, então, se unificaram, ficando o comando do novo exército revolucionário dividido entre Prestes e Miguel Costa, enquanto Isidoro Dias, por conta de sua já avançada idade, optou por se dirigir para a Argentina com a função de organizar, de lá, a rede de apoio externo ao movimento. Estava formada a *coluna invicta*.

Quando nos referimos à figura de Luiz Carlos Prestes, é quase inevitável reconstruirmos no nosso imaginário a imagem do secretário geral do partido comunista. Do companheiro revolucionário. Porém, se na maior parte de sua vida política adulta, Prestes esteve nas fileiras do comunismo, neste período de rebeldia militar Luiz Carlos Prestes era um jovem oficial nacionalista sem conhecimento algum das ideias socialistas. O horizonte do pensamento marxista se encontrava bastante distante. Ele próprio incorporava e expressava o conteúdo de classe daquele

movimento, um movimento pequeno burguês baseado na baixa-oficialidade e em elementos urbanos das camadas médias do Brasil do início dos anos de XX.

Contudo, a liderança militar de Prestes foi determinante, se não para alcançar a vitória plena dessa nova tentativa tenentista, qual seria, a derrubada do presidente Artur Bernardes, pelo menos para sua não derrota frente as forças legalistas do governo (acrescidas de jagunços ligados aos coronéis do Nordeste), numericamente muito superiores. A escolha por parte de Prestes da guerra de movimento se mostrou acertada e a cada derrota das tropas do governo, ao todo foram 18 generais derrotados, alavancou ainda mais seu status de mito e grande líder revolucionário brasileiro.

Quando lidamos com a construção de um mito como o de Luiz Carlos Prestes, nos parece bastante fecundo utilizarmos as análises de Raoul Girardet que demonstra que, em tempos de crise aguda, quando uma determinada sociedade se sente ameaçada por inimigos, sejam eles reais ou não, as pessoas ficam ansiosas e passam a invocar a presença de um herói salvador para libertá-las do mal⁶¹.

Christinne Buci-Glucksmann demonstra que, em Gramsci, observamos tal ideia na construção do conceito de cesarismo (que nos escritos do autor italiano aparece sempre como sendo sinônimo do

⁶¹ GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Cia. Das Letras, São Paulo, 1987;

conceito de bonapartismo utilizado por Marx). Para o pensador italiano, a figura do herói salvador surge quando as forças em luta se equivalem e se equilibram de forma catastrófica ameaçando, dessa maneira, todo o tecido social⁶².

Muitas vezes nos deparamos com essa problemática em um movimento histórico, e a própria sociedade desperta seus mitos para que estes passem a encarnar os sonhos coletivos. Porém, não raro, notamos que a criação dos heróis se apresenta a partir de uma série de manipulações conscientes dos sujeitos históricos, observadores atentos do cenário que se forma. Esses agentes acabam por identificar traumas e as angústias sociais e passam a encenar aquele papel que a sociedade espera do seu herói.

Segundo Girardet, para se criar um herói nacional são necessários alguns pré-requisitos:

- 1) Primeiro é preciso uma certa disponibilidade social. É aquilo que ele vai chamar de “o tempo da espera e do apelo”. É aquele tempo de sofrimentos e expectativas, em que começa a se formar o desejo por um salvador que expresse aquele conjunto ainda confuso de nostalgias, esperanças e sonhos.
- 2) Depois há o tempo da “presença”, quando o herói finalmente se apresenta. Esse é o tempo em que o curso da história parece prestes a

⁶² BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado*. Ed. Paz e Terra, São Paulo, 2ª edição, 1990;

se realizar, o tempo da história *a quente*, como diria Florestam Fernandes. Não por acaso, é o período mais suscetível à manipulação da propaganda ideológica.

- 3) Por fim, há o tempo da “lembrança”. É quando a figura do salvador do passado vai se modificando de acordo com os movimentos da memória coletiva e também em decorrência das lutas dos grupos que têm interesse em perpetuar determinada versão da história. De acordo com o momento histórico, uma sociedade vai precisar de um herói com essa ou aquela característica.

Se observarmos o cenário político, social e econômico do Brasil em meio a chamada crise da década de 20, nos deparamos com um contexto propício ao surgimento de um mito salvador como o de Prestes. O tempo da espera e do apelo se arrasta desde os primeiros atos de contestação dos jovens oficiais do exército brasileiro ainda em 1922, na capital federal. A manutenção de um estado de exceção por parte das autoridades governamentais, agravada por novos, e mais audaciosos, atos de rebeldia desses militares (me refiro aqui a revolução de 24), acabam por colocar mais combustível nesse nada estável cenário político-social brasileiro.

Se voltarmos as atenções para o nosso objeto central de análise, o *Correio da Manhã*, podemos notar a intensa participação do periódico informando a população sobre o desenrolar dos acontecimentos envolvendo a marcha dos rebeldes. Com a liberação de suas atividades, após meses fechado por uma decisão do governo Bernardes (baseada em

um suposto apoio às atividades rebeldes, inclusive com publicação de panfletos), podemos notar uma mudança de postura do *Correio da Manhã* quanto a sua cobertura dos acontecimentos envolvendo a ação desses militares.

Se, até a revolução de 24, as reportagens do jornal priorizavam o movimento dos jovens oficiais do exército em um contexto mais amplo, mais geral. Com o início da coluna revolucionária a figura de Luiz Carlos Prestes começa a ganhar destaque em suas páginas. Na sua edição de 27 de maio de 1926, o jornal publica o discurso do então deputado Batista Luzardo tratando da passagem da coluna pelo território do Maranhão e do Piauí, aonde este afirma que:

“Sua intenção era demonstrar o proceder das colunas revolucionárias que obedecem ao mando de Miguel Costa e Luiz Carlos Prestes” e continua “Procurei contestar, e creio tê-lo feito de forma cabal, as inverdades que são comumente atiradas contra os revolucionários: que eles fogem sempre”⁶³

Segundo o orador, outra das inverdades publicadas pelo governo seriam aquelas que davam conta que, por onde a coluna passava ocorriam saques e outros crimes e que, além disso, os rebeldes estariam sempre fugindo. De fato, tanto pela via dos relatos dos participantes, quanto de pesquisas sobre a coluna Prestes, sabemos que as transgressões ocorriam no interior de suas fileiras. Em um movimento que comportava, em seu momento inicial, mais de mil homens, não seria surpresa que esses desvios de conduta pudessem aparecer. O que surpreende é que tais relatos não comparecem nas páginas do

⁶³ *Correio da Manhã* 27 de maio de 1926;

Correio da Manhã, pelo contrário, o que lemos nesta mesma edição de 27 de maio é a coluna sendo chamada de “memorável jornada” e a afirmação, por parte do deputado, de que o desejo dos revolucionários era o de lutar por um governo verdadeiramente democrático e republicano.

Indo além, quando se tratava de reportar acontecimentos referentes ao movimento rebelde, o *Correio da Manhã* nunca se furtou de apresentá-lo como revolucionário. Um exemplo desta escolha de palavras pode ser visto na capa do *Correio* em sua edição de 09 de janeiro de 1927. Neste caso específico, mais do que atentarmos para a utilização da palavra revolução pelo periódico, vale a ressalva de que se tratava de uma edição cujo teor da reportagem tinha por objetivo enaltecer uma das ações dos militares rebeldes (a retirada da cidade de São Paulo) quase três anos depois.

O jornal assim mantinha vivo no imaginário de seus leitores os aspectos heroicos das ações dos jovens oficiais, especialmente em um momento em que os ataques do governo se tornavam cada vez mais pesados.



Correio da manhã de 09 de janeiro de 1927

Enquanto a coluna continuava sua marcha heroica e revolucionaria, a imagem de Luiz Carlos Prestes ia se cristalizando como a do grande comandante e mito revolucionário. Nos escritos de Raoul Girardet, notamos ser possível simplificarmos essa construção do mito do herói em quatro categorias fundamentais sendo a primeira dessas categorias a figura do velho homem que conquistou fama nas guerras do passado. Este é o mito daquele que comandou grandes contingentes, exerceu com honra diversos cargos, foi incorruptível na vida pública, mas depois decidiu se retirar desta mesma vida pública por já ter dado sua contribuição. Porém, em um momento crucial, esse homem abandona o projeto de uma velhice tranquila e obedece ao chamado de seu povo, sob o discurso de ter feito uma doação de sua pessoa para sua pátria e dessa maneira, apresentando-se como o salvador, ele conquista um poder supremo. Em geral, a gente vê a imagem desse herói naqueles líderes que falam em voltar às raízes, em reconstruir a casa, e que empregam, em seus discursos, termos como lar, teto, ou mesmo muralha para reforçar a sua promessa de abrigo, refúgio e proteção.

Bem, observando a ação política e principalmente a trajetória militar de Prestes, não nos parece plausível que sua áurea mítica possa ser explicada pela categoria do grande herói do passado que retornou para salvar-nos a todos. O autor francês então nos apresenta um outro tipo de possibilidade na construção da figura do herói. Seria ele um personagem cujo o poder reside no fato de ser aquele que vai anunciar o novo tempo,

é aquele que consegue ler na história os sinais que os outros ainda não conseguem perceber. O profeta se apresenta como se fosse guiado por uma espécie de impulso sagrado para conduzir o seu povo para os caminhos do futuro.

Nas propagandas ideológicas ele é apresentado com aquele olhar inspirado que atravessa a neblina do presente. Com seu carisma, ele vincula o seu destino pessoal ao destino coletivo. O chefe profético, portanto, não é apenas um simples representante, mas ele simboliza a presença de todo o povo conduzindo a pátria. Ele é a sua encarnação no sentido mais profundamente religioso do termo: encarna a nação na totalidade de seu destino histórico, em seu passado, em seu presente e em seu futuro. Notamos muito dessa construção da imagem do líder profético em figuras como Getúlio Vargas, por exemplo.

Assim como a imagem do herói do passado, também a do líder profético não nos parece elucidativa da origem da mitologia em torno de Luiz Carlos Prestes. Se as possibilidades acima demonstradas não nos equipa para pensarmos de forma consistente o processo de construção do mito de Prestes, outra possibilidade seria a do aventureiro. Ele é aquele que se caracteriza pelo ímpeto e pela audácia conquistadora dos jovens em busca de glória. O seu poder não depende da nostalgia das pessoas, muito menos emana de sua visão profética sobre a sociedade. Ele vem do entusiasmo e do brilho da ação imediata, tal herói não oferece a promessa da proteção. O que ele propõe é uma aventura.

Como o jovem Napoleão, esse é o herói que atravessa a história como um raio fulgurante. Herói da juventude e do movimento, sua impetuosidade chega ao ponto de domar a natureza, não há obstáculos que possam refrear sua vontade. Ele transpõe montanhas, atravessa desertos, salta por cima dos rios e acumula uma séria de histórias fabulosas.

Quando nos debruçamos sobre as páginas do *Correio da Manhã*, o que nos salta aos olhos é a apresentação que o jornal faz desse Prestes aventureiro, intrépido, que mesmo estando em uma hierarquia mais baixa em relação a outros nomes dentro do movimento, se destacava por sua liderança frente aos outros militares. Na edição do dia 12 de janeiro de 1927, para além do já impactante título “A marcha dos revolucionários através do território do Paraguai”, apresenta ao público leitor um longo texto, em sua primeira página, com o relato de um dos participantes da coluna, o tenente Cabañas. O que é possível extrair da leitura do documento é a extrema admiração com que a figura de Luiz Carlos Prestes é apresentada, por conta de sua liderança na condução da saída da coluna do Rio Grande do Sul em direção ao Paraguai rompendo o cerco das tropas governistas.

“O chefe Prestes, com sua coluna, abrindo caminho entre as hostes aliadas bernardistas e borgistas, alcançou a região de Iguazu, incorporando-se, em Santa Helena a divisão de São Paulo” e continua “Miguel Costa recebeu o glorioso Prestes no dia 3 de Abril, em Benjamin, boca da picada que ia ter a Barracão, seguindo a coluna Prestes para Santa Helena, protegida pela coluna paulista. As novas operações seriam deslocadas para Mato Grosso.

E digno de admiração e de orgulho para um brasileiro – escreve o tenente Cabañas – o arrojo do

coronel Luiz Carlos Prestes em rumar do Rio Grande do Sul ao Paraná, com uma coluna de mais de mil homens e apenas 150 armados!”⁶⁴

Adjetivos não faltaram para retratar a figura de Prestes, desde *Coronel* (obviamente patente muito acima da que ele próprio possuía), passando por *destemido capitão*. Ao mesmo tempo em que vemos a figura de Luiz Carlos Prestes sendo enaltecida, a mesma edição apresenta duros ataques a dois quadros políticos bastante representativos das forças dominantes do país: Eram eles Borges de Medeiros (chamado no jornal de mentiroso e homem de pouca palavra) e o próprio Artur Bernardes. O jornal apresenta em suas páginas um país que estava, nas palavras de Juarez Távora, dividido desde 1922. Mesmo quando a informação dava conta de uma vitória das tropas do governo, como a retomada da cidade de São Paulo por exemplo, o jornal deixou claro que as tropas “revolucionárias” haviam, anteriormente, abandonado a capital. Diminuindo, em muito, dessa maneira, as vitórias do governo.

Cada vez mais um Luiz Carlos Prestes heroico vai sendo construído nas páginas do *Correio*, os feitos, a liderança exercida para além das divisas da farda, isso tudo vai fazendo com que a abordagem do jornal vá aos poucos se tornando cada vez mais personalista. Não se trata mais de apresentar o movimento de rebeldia dos jovens oficiais do exército

⁶⁴ *Correio da manhã*, 12 de janeiro de 1927

brasileiro em seu aspecto mais amplo, ao contrário, o que se nota é a figura de Prestes se tornando maior que o próprio movimento.

“Cessem as famas das marchas de Aníbal e de Alexandre; esqueçam a retirada dos dez mil de Xenofontes; de Napoleão Bonaparte; recordem a retirada estupenda da Laguna...e a marcha de Luiz Carlos Prestes, como um sol no céu da terra, resplandece cheia de valor e de denodo!

Salve Luiz Carlos Prestes, orgulho de uma raça!”⁶⁵

O fato do jornal ter retratado no dia 25 de outubro de 1928, ou seja, mais de um ano após os últimos remanescentes da coluna Prestes terem buscado refúgio na Bolívia, Luiz Carlos Prestes pelos adjetivos *purificado* e *fenômeno* reforça nossa argumentação acerca do papel importante do *Correio da manhã* no processo de construção desse imaginário rebelde.

A historiografia brasileira já muito se aprofundou nos aspectos que levaram ao isolamento desses jovens oficiais. O caráter militar do movimento (enquanto um movimento iminente militar, não se pretendia conquistar o apoio dessa população aos militares, caberia aos militares o papel de fazerem a revolução para o bem do povo, mas não o de mobilizar o povo para participar dela), aliado a falta de uma agenda política que pudesse atrair parte das camadas médias urbanas, passando pelo radicalismo das ações que acabavam extrapolando a racionalidade da luta política.

⁶⁵ *Idem*;

Como já mencionamos, todas essas hipóteses foram bem defendidas por autores do calibre de Boris Fausto, Maria Cecília Spina Forjaz, José Augusto Drummond, só para citar alguns. Contudo, não notamos em nenhuma dessas análises uma abordagem que pudesse, de alguma forma, explicar como muitos desses militares estreitaram laços de articulação com certas oligarquias dissidentes, mesmo com o movimento tendo se mantido no interior do país boa parte de sua existência.

Olhando as escolhas editoriais do *Correio da Manhã*, ao longo de todos esses acontecimentos que marcaram a década de 20 no Brasil, parece bastante razoável a hipótese de ter sido essa ação do jornal um dos imãs a manter esses jovens militares no radar, o que tenho tentado demonstrar ao longo de toda a argumentação. Porém, essa ação do jornal não se apresentou estática, “engessada”, ao contrário. O jornal soube muito bem atuar em dois *fronts*, por um lado suas páginas respondiam aos anseios de seus leitores (não abrindo mão do mercado consumidor de suas páginas), ao mesmo tempo em que o periódico reforçava sua própria imagem de veículo crítico e independente.

E assim, vemos um veículo de comunicação do peso do *Correio da Manhã* gastar suas tintas, não mais com um movimento militar rebelde que apenas, em raras ocasiões, atraiu a classe média (camada social que concentrava a maior parte dos leitores do jornal), mas, ao contrário, se esforçando por transformar um de seus grandes nomes (longe de ter sido o único) na esperança de derrocada das forças as quais o jornal se opunha.

Dessa maneira, já que estamos falando em construção de mitos, o jornal de Edmundo Bittencourt criou sua própria narrativa mitológica em torno da qual se apresenta como porta voz das dissidências políticas.

Assim sendo, podemos notar nas páginas do jornal, a construção do Prestes heroico, jovem, audacioso, como um dos modelos de mito político apresentados por Girardet. Agora, se durante aquele momento revolucionário o herói parece deixar a ordem humana para ingressar em uma esfera sagrada, ele pode também, no cotidiano do poder, se tornar o fundador de uma nova ordem institucional. É aí que entra um último modelo de herói: O homem providencial. São os pais fundadores da nação. São aqueles que se apresentam como os únicos capazes de sustentar as instituições, porque são os fiéis guardiões dos fundamentos da pátria. Dessa maneira, talvez não fosse o suficiente para alavancar a revolução pretendida, apresentar um Prestes que se limitasse ao papel de intrépido aventureiro, era necessário apresentá-lo como providencial para a mudança de rumo da nação. Alguém que pudesse, finalmente, arregimentar distintas forças sociais.

Nesse sentido, chama a atenção uma série de pesquisas feitas pelo *Correio da Manhã*, em finais de 1928 e tendo como objetivo fazer um levantamento sobre as intenções de votos de seus leitores em relação a sucessão presidencial. A indicação dos nomes era de caráter livre e alguns desses votos tinham os seus comentários publicados pelo jornal. O título da coluna era “Quem deve presidir o Brasil”, o jornal, dessa maneira,

acabava por ter um bom termômetro do peso que suas escolhas editoriais tiveram ao longo da década de 20 e o que podemos aferir desses dados é que Luiz Carlos Prestes sempre esteve em primeiro lugar nas pesquisas. Algumas citações à Prestes chamam bastante a atenção pelo tom grandioso com que seu nome costuma ser mencionado, a do eleitor José Martinho Viana, por exemplo, além de indicar Prestes afirmava que:

“No presente momento só vejo um homem capaz de bem presidir os destinos desse colosso: Luiz Carlos Prestes (...). Indiquemos nós agora, com a nossa inteira responsabilidade, o candidato que reúna em si as qualidades indispensáveis ao supremo mandato: Honradez, independência e coragem!”⁶⁶

Prestes pouquíssimas vezes teve sua liderança ameaçada nessas pesquisas, sua margem de votos girou, na maior parte desses levantamentos, em torno dos 20 a 30 por cento das intenções de votos. Se no dia 13 de dezembro de 1928 Prestes aparecia em primeiro lugar recebendo 41 indicações, o que representaram cerca de 30% (em uma amostragem com 136 votos), este fechou o mês de dezembro com 301 votos (cerca de 25% dos 1195 apurados). O primeiro lugar de Luiz Carlos Prestes na preferência dos leitores do *Correio* representava uma vitória do jornal no cenário político. Pelas páginas do jornal a figura do herói aventureiro, repleto de volúpia de outrora, ganhava ares sólidos e estáveis.

⁶⁶ *Correio da manhã* 12 de dezembro de 1928

Agora, todo o processo de heroificação depende da relação entre a personalidade do salvador e as necessidades de sua sociedade em um certo momento histórico. Ou seja, mesmo com muita propaganda, não é tão fácil criar um herói. A alquimia social é muito delicada. O candidato a herói tem que ter, nas suas características pessoais, um conjunto de elementos que correspondem às expectativas da sociedade naquele momento. O próprio Napoleão, como sabemos, é um bom representante dessa dinâmica. Em cada fase de sua vida ele soube representar o tipo de herói necessário para a sua época. Do jovem audacioso, guerreiro e aventureiro, ao homem providencial, fundamento da pátria. Dessa mesma forma seria com Luiz Carlos Prestes. Por mais que tivesse havido um esforço do *Correio da Manhã*, em suas páginas, de elaborar a imagem de um herói que pudesse unir as forças de oposição as oligarquias em um grau de coesão que o próprio movimento tenentista jamais se aproximou, caberia a Luiz Carlos Prestes representar o herói tão desejado pelas oposições.

Esse processo metabólico que deveria transformar o aventureiro instável, porém necessário, de meados da década de 20 no porto seguro da nação no início dos anos 30, não se concretizou. A marcha pelo interior do país liderada por Prestes mostrou a este jovem oficial rebelado um outro Brasil, é provável que Luiz Carlos Prestes tenha percebido que boa parte das bandeiras que o movimento tenentista defendia até aquele momento, não mudariam as condições de miséria a que a população do

interior se via submetida. Os anseios da burguesia da qual os tenentes se viam representantes, não só estavam completamente distantes do horizonte daquela gente faminta e miserável, bem como eram conflitantes a estes.

Prestes em 1930 tinha um prestígio muito maior do que o próprio Getúlio Vargas, vacilante em muitas situações e que teve na figura de Oswaldo Aranha o grande articulador político do movimento, tanto que, os próprios tenentes indicaram Prestes como o líder militar da revolução. Contudo, já tendo tomado contato com o pensamento marxista no exílio em Buenos Aires, Prestes, provavelmente sentindo que não haveria apoio político para implementar uma direção à esquerda nas diretrizes políticas brasileiras, acaba por redigir, no final de maio de 1930, um manifesto expondo suas novas concepções e dessa maneira, marcando o início da ruptura com os grupos revolucionários militares e civis. Segundo Prestes:

“Ao proletariado sofredor das nossas cidades, aos trabalhadores oprimidos das fazendas e das estâncias, à massa miserável do nosso sertão e muito especialmente aos revolucionários sinceros, aos que estão dispostos à luta e ao sacrifício em prol da profunda transformação por que necessitamos passar, são dirigidas estas linhas.

(...) Mais uma vez os verdadeiros interesses populares foram sacrificados e vilmente mistificado todo o povo, por uma campanha aparentemente democrática, mas que no fundo não era mais do que a luta entre os interesses contrários de duas correntes oligárquicas, apoiadas e estimuladas pelos dois grandes imperialismos que nos escravizam, e aos quais os politíqueiros brasileiros entregam, de pés e mãos atados, toda a Nação.

(...) A tudo assistimos calados, sacrificando o prestígio moral da revolução, sempre crentes no milagre que seria a eventualidade de uma luta armada entre as duas correntes em choque e que, desta luta entre os dois

interesses, pudesse talvez surgir a terceira corrente, aquela que viesse satisfazer realmente as grandes necessidades de um povo empobrecido, sacrificado e oprimido por meia dúzia de senhores, que, proprietários da terra e dos meios de produção, se julgam a elite capaz de dirigir um povo de analfabetos e desfibrados, na opinião deles, e dos seus sociólogos de encomenda.

(...) Para sustentar as reivindicações da revolução que propomos — única que julgamos útil aos interesses nacionais — o governo a surgir precisará ser realizado pelas verdadeiras massas trabalhadoras das cidades e dos sertões. Um governo capaz de garantir todas as mais necessárias e indispensáveis reivindicações sociais: limitação das horas de trabalho, proteção ao trabalho das mulheres e crianças, seguros contra acidentes, o desemprego, a velhice, a invalidez e a doença, direito de greve, de reunião e de organização.

(...) Só um governo de todos os trabalhadores, baseado nos conselhos de trabalhadores da cidade e do campo, soldados e marinheiros, poderá cumprir tal programa.

Assim, venceremos. — (a) Luiz Carlos Prestes, Buenos Aires, maio de 1930.”⁶⁷

A repercussão às palavras de Prestes foi imediata, o *Correio da Manhã* em sua edição do dia 30 de maio publica grande editorial, não só contrário ao manifesto de Luiz Carlos Prestes, bem como carregado nas tintas em pesados ataques ao então herói nacional. A seguir, podemos ver a resposta do jornal ao posicionamento, do então baluarte da esperança na derrocada dos grupos econômicos dominantes ao longo da Primeira República.

“Com o inesperado do manifesto comunista de Luiz Carlos Prestes, confirma-se um boato, aqui divulgado, sobre as mais recentes opiniões desse comandante revolucionário emigrado em Buenos Aires. A sua declaração pessoal, assim dada ao conhecimento da população, causa uma surpresa que não se disfarça. E uma surpresa — diga-se a verdade — que conduz no seu bojo uma decepção extraordinária.

⁶⁷ *Diário da Noite* 29 de Maio de 1930;

(...)assumindo a atitude que assumiu, marchando com os seus companheiros para o campo, de sul a norte e de norte a sul, o país via em Luiz Carlos Prestes um bravo, cujo o idealismo consistia em combater para vencer, em nome da lei, um sistema de oligarquias e de políticos profissionais que, fora da lei, se vinha ostentando. Toda a auréola de simpatias e estimas que se cercou a cabeça do jovem chefe expedicionário não proveio, apenas, de sua bravura e de sua capacidade militar, mas, em muito maior escala e com razões muito mais sólidas, dos motivos que o levaram a revolução. Nenhuma profissão de fé comunista fez ele. Identificado com os revolucionários dos demais estados, o único programa que parecia ser o roteiro de sua coluna era o do manifesto Isidoro, lançado em São Paulo.

Dados os acontecimentos do caso, com a autoridade que temos para nos pronunciarmos sobre os três elementos a que aludimos, é claro que não podemos deixar de estranhar a mais recente atitude de Luiz Carlos Prestes, comprometendo o seu passado com investida de ‘bolchevização’ do Brasil” (...) Redigido no exílio, sem dúvida pela mão de quem perdeu a fé e a lógica das coisas, esse manifesto é mais um apelo ao desespero do que um documento sereno, um documento patriótico da confiança que todos nós devemos ter nos destinos nacionais”⁶⁸

Já no dia 31 de maio o periódico publica as reações negativas dos aliados de Prestes com o título de “A repercussão do manifesto do senhor Luiz Carlos Prestes”. Chama a atenção o fato de que, se por um lado o *Correio* deu bastante destaque as críticas direcionadas ao cavaleiro da esperança, por outro, não publicou o manifesto de Prestes que teria gerado toda essa repercussão. No dia 1 de junho, foi a vez do *Correio* publicar a reação daqueles ligados ao partido democrata de São Paulo e os gaúchos. Assim, os dias que se seguiram a publicação – vale mais uma vez a ressalva de que não pelo *Correio da Manhã*, mas sim pelo jornal *Diário da noite* – do manifesto de Luiz Carlos Prestes foram de duros ataques

⁶⁸ *Correio da manhã* 30 de maio de 1930;

aquele que, outrora, havia sido retratado no próprio *Correio* como “glória nacional”.

Neste conturbado final de maio e início de junho de 1930, duas edições do periódico são emblemáticas da guinada de posição que o *Correio da Manhã* se viu obrigado a dar no sentido de, por um lado, continuar atuando como sujeito importante na crise das oligarquias cafeeiras do final da primeira República, sendo importante para isso continuar alimentando esse movimento de rebeldia dos jovens oficiais do exército brasileiro em oposição ao poder dominante, ao mesmo tempo em que precisava dar uma satisfação aos seus leitores (em especial aqueles ligados as camadas médias urbanas, principal consumidor do jornal). Na edição do dia 3 de junho de 30 o jornal apresenta a ruptura de Prestes com os tenentes de 1922 e 1924, um gesto bastante representativo desse descolamento que o jornal passou a dar entre a luta justa do “movimento” dos jovens oficiais rebeldes que, desde o início da década de 20 vinham heroicamente enfrentando os desmandos das elites dirigentes do País em relação a um dos seus antigos representantes, agora corrompido por ideia comunistas.



Talvez, possamos identificar como auge da reação negativa do jornal ao manifesto de Prestes, sua edição do dia 19 de junho. Antes, contudo, é possível traçarmos uma cronologia das ações do *Correio* até chegarmos nesse clímax: primeiro, o que temos é um duro editorial do jornal, já no dia seguinte à publicação, contrário ao posicionamento político tomado por Luiz Carlos Prestes em seu documento. A partir daí o *Correio* apresenta a repercussão negativa entre os liberais paulistas e gaúchos às palavras de Prestes, já em um terceiro momento de investidas contrárias ao ex líder revolucionário, o periódico publica a ruptura dos remanescentes rebeldes de 1922 e 1924 em relação ao seu ex comandante e finalmente, chegamos a publicação da edição citada acima, quando

outro manifesto ao povo é publicado, também por um líder revolucionário.

Contudo, diferente do primeiro, o seu autor Juarez Távora deixava claro não só sua discordância em relação a ideia de revolução conduzida pela massa pobre do campo e das cidades como proposto por Luiz Carlos Prestes, bem como seu distanciamento do próprio Prestes a partir da guinada à esquerda tomada por este. Se por um lado o *Correio da Manhã* não se preocupou em dar espaço em suas páginas as novas ideias de Prestes, por outro, colocou na primeira página o manifesto de Juarez Távora.



Entre outras coisas, no documento de Juarez Távora, chama a atenção a forma como este encara uma revolução levada a contento pelas camadas subalternas da sociedade. Assim, podemos ler:

“Mas a revolução por que me tenho batido e pela a qual – honrando a memória dos nossos mortos, entre os quais figura agora esse bravo, nobre, generoso Siqueira Campos, - espero poder ainda consumir novos sacrifícios, não é a revolução que acaba de preconizar, em manifesto público, o meu querido amigo, camarada e ex-chefe, general Luiz Carlos Prestes.

Sinto, sinceramente, ter de dizê-lo, pois de há muito me habituei a admirá-lo, ouvi-lo e acatá-lo, como a um

verdadeiro guia, pela sua experiência, pela sua cultura, pela sua ponderação.

Mas a encruzilhada que ele acaba de abrir no roteiro até agora comum de nossa peregrinação revolucionária, força-me, por um dever de razão e de consciência, a dele separar-me.

Não creio na exequibilidade da revolução desencadeada pela massa inerte do proletariado das cidades, dos colonos das fazendas, dos peões das estancias, dos habitantes esparsos dos nossos sertões. À essa massa faltam todos os atributos essenciais para realizar uma insurreição generalizada, nos moldes da que preconiza o manifesto do general Prestes: - coesão, iniciativa, audácia e, sobretudo, eficiência bélica⁶⁹

O que se percebe, a partir da ruptura com Prestes, é que a figura de Juarez Távora vai aos poucos ocupando, nas páginas do *Correio da Manhã*, uma posição de destaque, mantendo dessa forma, o elo entre o movimento rebelde (lembrando, sempre tratado como revolucionário nas páginas do jornal) da baixa oficialidade do exército brasileiro ao longo da década de 20 e aos extratos sociais de oposição ao governo, leitores do periódico. Analisando as edições do *Correio* ao longo desse período notamos que o jornal foi aos poucos deixando de abordar o movimento tenentista por inúmeras questões: distanciamento em relação a essas camadas médias, elitismo, militarismo, falta de um projeto político claro, o isolamento no interior do país a partir da coluna Prestes (exceção feita a uma pequena nota no dia 5 de julho de 28 e a edição de 5 de julho de 29, nesta porém, mesmo lembrando dos acontecimentos de Copacabana e São Paulo, é a figura de Prestes sobreposta ao mapa do Brasil que se

⁶⁹ *Correio da manhã* 19 de junho de 1930;

encontra em destaque), passando a concentrar seu apoio na figura de um líder, esse era Luiz Carlos Preste.

Tal mudança de postura, como já analisamos, foi fundamental para aproximar as forças contrárias aos grupos dominantes no cenário político brasileiro mantendo, dessa forma, os tenentes em evidência no jogo político do período. Havia alguém que representava a possibilidade de mudança e o *Correio* foi fundamental para solidificar a posição de liderança dessa figura. Contudo, o jornal não contava com a mudança ideológica que esse herói, esse líder construído em suas páginas, viria a apresentar e que fatalmente afastaria, mais uma vez, tais forças políticas da possibilidade de qualquer apoio claro ao movimento dos tenentes (além do possível impacto negativo que manter esse tipo de apoio acarretaria nas tiragens do jornal). Para além disso, não podemos esquecer que não só o *Correio da Manhã* sempre foi um defensor de ideias liberais, bem como, seus editores são burgueses, portanto, nas fileiras antagônicas àquilo que Prestes vinha defendendo.

Bem, era necessário se criar uma alternativa. Nessa lacuna notamos mais uma mudança na abordagem do jornal, não só pelo destaque dado a Juarez Távora, mas também, e como forma de, talvez, se precaver caso a figura de Távora não desse “liga”, o próprio movimento voltou a ser, mais uma vez, lembrado em suas páginas. Em sua edição do dia 05 de julho de 1930 sob o título de: *Os dois cincos de julho o Correio da Manhã* registrava:

“Comemorasse a passagem de mais um aniversário dos dois 5 de julho, e o dia de hoje não rompe nem mais nem menos feliz para a nação. Ele relembra, com saudade, e ao mesmo tempo, com entusiasmo patriótico, os mortos das jornadas que a data assinala e que são o orgulho da nacionalidade, pela qual deram o seu sangue e sua vida, deixando um exemplo inesquecível de heroísmo e de desprendimento – exemplo que ainda conforta nesta época em que o utilitarismo, aplicado à política, e o desânimo geral porfiem por abater os mais fortes e manter a descrença dos menos resistentes.

O Brasil seria um país infeliz e esquecido de Deus, se não tivesse no seu passado de ontem, como no mais remoto, tão vivas demonstrações de enfibratura dos seus filhos como a segurança de que o dia de amanhã não será a continuação do abatimento de hoje ou a perpetuação da vida de escravização que há de passar”⁷⁰

O 5 de julho comparece mais uma vez nas páginas do jornal, contudo, diferente do editorial de um ano antes em que a figura de Prestes era o grande destaque, aqui, não há nenhuma menção ao antigo líder da Coluna. Ao contrário, como dito, o que se vê no *Correio* é a figura de Juarez Távora ganhando cada vez mais destaque no cenário político, a resposta que este militar deu ao manifesto de Prestes teve ampla divulgação no jornal e mesmo que, entre tantas linhas dedicadas a Juarez Távora este tenha, lá pelas tantas, escrito:

“O governo da ditadura proletária de Marx pode ser ótimo e não duvido que, dentro de alguns decênios, esteja regendo, com verdadeira sabedoria, todas as nações adiantadas do planeta”⁷¹

Ele inicia seu manifesto deixando claro não acreditar na capacidade de organização e de solidariedade de classe tanto do campesinato, quanto

⁷⁰ *Correio da manhã* 5 de julho de 1930;

⁷¹ *Correio da manhã* 1 de agosto de 1930;

do proletário urbano o que, por si só, já tornaria inexecutável a revolução proposta por seu antigo companheiro de lutas Luiz Carlos Prestes. Mais do que isso; Juarez soube bem o que dizer e como dizer ao escrever logo no início de seu manifesto:

“Creio, porém, na necessidade imediata de uma revolução pequeno burguesa, que derrube o atual regime de opressão política, desonestidade administrativa, dissolução moral, suicídio econômico e orgia financeira, antes que os seus desvios e incapacidades nos transformem em colônia efetiva dos credores estrangeiros; creio que a mocidade militar, ainda não infamada, corrompida ou desfibrada, pela subserviência, pela ambição ou pelo comodismo, pode – com a ajuda de todas as classes oprimidas pelo reacionarismo do poder público – realizar eficientemente essa revolução;”⁷²

Dessa forma, sua figura aumenta sua força nos meios militares revolucionários, mas também entre as camadas urbanas a tal ponto de ter sido este, figura chave no movimento liderado por Getúlio Vargas e no governo constituído a partir do movimento de 30. Em artigo publicado na revista história da USP, a historiadora Anita Leocádia Prestes argumenta que “ Juarez Távora, Osvaldo Cordeiro de Farias e João Alberto Lins de Barros estiveram durante anos no poder e gozaram de grande influência e prestígio por largos períodos de suas vidas” (PRESTES, 1985). Mais uma vez, notamos a intensa participação do *Correio da Manhã* na fabricação de lideranças que pudessem colidir com a ordem vigente a qual o periódico se posiciona contrário a muito tempo.

⁷² *Correio da manhã* 30 de julho de 1930;

Provavelmente podemos identificar na edição do dia 12 de setembro o momento crucial na fabricação de um possível novo herói, mas, diferente do personagem audacioso e aventureiro dos tempos de Prestes, Juarez é tratado de forma mais madura, estável e principalmente, palatável às forças de oposição. Neste dia em questão, na página 4 da edição do dia, para além do início em que o *Correio* afirma que “raramente, neste país, um autor há sido transcrito tantas vezes como Juarez Távora, cujos últimos artigos publicados no correio da manhã vem sendo divulgados em quase todos os jornais do interior brasileiro” a todo um editorial dedicado a traçar um perfil não só do homem (com um pouco de sua trajetória política), bem como das ideias por ele defendidas. Abaixo, alguns trechos do editorial referido:

Juarez Tavora

Raramente, neste paiz, um autor ha sido tantas vezes transcrito como Juarez Tavora, cujos ultimos artigos publicados no *Correio da Manhã* vêm sendo divulgados em quasi todos os jornaes do interior brasileiro. O serviço fornecido pela Empresa Lux dá uma idéa da extraordinaria repercussão que a collaboração, nesta folha, do chefe revolucionario ençontrou na maioria dos municipios nacionaes, onde ha imprensa diaria, semanal ou mensal.

A explicação para o apoio de publicidade encontrado pelo heroe exilado, que é, sem favor nenhum, um grande sabedor das necessidades mais immediatas da sua terra marasmada no commodismo e na indiferença, está talvez nisto: Juarez Tavora é um sociologo que pensa honestamente. E honestamente, absorvido nas cogitações de ver amanhã o Brasil reintegrado no regimen da lei, da justiça e da liberdade, governando-se por si mesmo, livre e desembaraçado do profissionalismo politico dos cargos electivos que neste momento o opprimem e o arrazam, communica-se com os seus leitores.

Entre os muitos elogios, chamam a atenção os trechos em que Juarez Távora é descrito como importante sociólogo e sabedor das necessidades da nação, o parágrafo final do artigo traz o melhor do estilo dramático e teatral do *Correio da Manhã* ao afirmar que:

“São artigos esses, os de Juarez Távora, que consagram uma capacidade de crítico e sociólogo. O jovem militar mostrou-se a altura da posição que assumiu. Se algum dia a revolução reorganizar o sistema político que aí está e no qual morreram as esperanças de muitos, a esse digno compatriota estará reservado um elevado e digno papel”⁷³

⁷³ *Correio da manhã* 12 de setembro de 1930;

Dessa forma, tentamos ao longo dessa pesquisa, demonstrar como houve um processo deliberado por parte dos editores do *Correio da Manhã*, ao longo de toda a década de 20 e início dos anos 30, de não só manter o imaginário e as realizações do movimento da jovem oficialidade brasileira rebelada contra os desmandos das elites agrárias dominantes no cenário nacional, como também, em propagar um projeto político contrário ao modelo posto até aquele momento. Seus editores foram responsáveis, não só por contribuir para o ocaso do modelo político dominante até então, bem como por criar uma narrativa que colocava o jornal sempre na vanguarda das oposições ao governo.

Sem dúvida que, em um primeiro momento, essa pessoa era Luiz Carlos Prestes, mas sua opção política pelo comunismo no início dos anos 30 inviabilizava qualquer aproximação com essa nova burguesia urbana desejosa por profundas transformações político-econômicas e que, com o desenvolvimento dos centros urbanos, ganhava força e buscava maiores representações nas esferas governamentais. Essa participação política do *Correio da Manhã* contribuiu decisivamente para o processo de desestruturação e enfraquecimento dos grupos dominantes no cenário político nacional, culminando com a tomada do poder por Vargas e seus aliados, entre eles, muitos dos tenentes retratados pelas tintas do principal jornal das primeiras décadas do século XX no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os jornais podem e devem ser tratados como importantes instrumentos de análise em uma pesquisa histórica, não só por promoverem uma ampliação dos campos temáticos de estudos, mas também pelo desenvolvimento de diversas abordagens que permitem o alargamento do conhecimento histórico. Tais fontes se apresentam como testemunhas dos acontecimentos e ao mesmo tempo, agentes participativos na construção de novas realidades.

Contudo, se reconhecemos todos os avanços na historiografia brasileira ao longo das últimas décadas no tocante a revestir esse tipo de fonte de legitimidade, dando às mesmas o status de importantes objetos de investigação, o número de trabalhos nessa área ainda se mostra bastante reduzido no universo de tudo que se estuda e publica no Brasil em matéria de pesquisa histórica.

A despeito da facilidade que muitos desses jornais oferecem em relação ao acesso as suas edições (já existe um acervo digital desse material bastante volumoso no país), tomar esses periódicos como objeto de análise sem se deixar levar por eles será sempre um dos maiores desafios do pesquisador. Quando o que está em jogo na utilização desse tipo de fonte é a tentativa de se analisar um determinado contexto político social através das páginas dos jornais, esse desafio torna-se ainda mais cristalino.

Mais ainda, no momento em que o periódico em questão tem o peso de ter sido o maior jornal em circulação no país nas primeiras décadas do século passado, com um texto não só denso, bem como muito direto e crítico na maior parte do tempo, a tarefa da neutralidade constitui-se ainda mais hercúlea. Me refiro aqui ao *Correio da Manhã*, jornal que imprimiu sua marca ao longo de boa parte do século XX e, mesmo após o seu fechamento durante o regime militar, se manteve no imaginário de muitos dos seus leitores. Podemos perceber essa importância nas palavras de Carlos Heitor Cony, um dos tantos nomes de peso que passaram pela redação do periódico fundado por Edmundo Bittencourt:

“Trabalhava em outros jornais e percebia que o pessoal do Correio da Manhã era o mais prestigiado nas salas e comitês de imprensa da época. Muitas vezes, uma autoridade, um político, um artista de renome dava uma entrevista coletiva, mas todos percebiam que o entrevistado estava falando apenas para o Correio.

(...) Formou-se um grupo que, após as naturais reações, conseguiu modernizar graficamente o jornal. Quanto ao conteúdo, este era “imexível”, vinha de Edmundo Bittencourt e Paulo - de quem Carlos Lacerda dizia: “Só se vende por um jantar que ele mesmo paga”.⁷⁴

Meu objetivo nesta pesquisa foi justamente tentar entender um dos momentos mais dramáticos da história política do Brasil republicano, o período de crise ao longo da década de 20 que culminou com destituição, através de um movimento revolucionário, das elites agrárias dominantes até então e a substituição dessas por novos quadros dirigentes. Dentro

⁷⁴ RIO DE JANEIRO (cidade). Secretaria Especial da Comunicação Social. *Correio da Manhã: compromisso com a verdade*. Rio de Janeiro, Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro/Secretaria Especial da Comunicação Social, 2002.

desse cenário de crise, uma das facetas mais radicais foi o movimento de rebeldia dos jovens oficiais e praças do exército brasileiro conhecido como tenentismo.

Quando pensamos uma pesquisa visando produzir conhecimento, não importando o campo do saber científico em que ela irá se inserir, devemos ter em nosso horizonte de análise que esta será feita sobre algumas condições básicas, sendo a primeira delas quase inexistente nos dias contemporâneos: quando um determinado objeto não possui massa crítica, em outras palavras, quando há um fenômeno ou um conjunto de fenômenos que se apresenta como absolutamente inédito, que ainda não recebeu trato, ou que até hoje ainda não mereceram algum tipo de tratamento analítico. Tal hipótese me parece bastante abstrata nos dias de hoje.

Desenvolver uma pesquisa sobre um objeto absolutamente virgem do trato intelectual é possível, porém muito pouco provável. Faz-se pesquisa também quando a massa crítica de um objeto se mostra insuficiente, quando o acervo de conhecimento sobre este se mostra incapaz de responder questões básicas sobre os processos presentes (o que é natural, afinal, as teorias e concepções científicas possuem limites históricos). Em outras palavras, quando há elementos claros de insuficiência para uma análise, deve-se fazer pesquisa.

Nesse sentido, meu objetivo neste trabalho é poder contribuir de alguma forma com um conjunto de pesquisas já existentes que toma a

imprensa como objeto central de análises, contudo, neste caso, muito mais do que um objeto de investigação, o jornal foi um elemento importante dentro de um quadro de desestabilização do próprio regime oligárquico.

Portanto, o que se buscou apresentar nestas páginas foi a atuação do *Correio da Manhã* na conformação do movimento tenentista ao longo da década de 20. Sim, esse período da nossa história foi marcado por uma grave crise política e conseqüentemente social, por um quadro agudo de instabilidade econômica, por um movimento militar que contou com milhares de homens e mulheres em diferentes estados da federação e todos esses elementos já estão bastante referendados na produção historiográfica sobre o período. Porém, não se pode deixar de lado a atuação do jornal de Edmundo Bittencourt como partícipe na instabilidade do período.

Se, em um primeiro momento, o jornal se mostrou muito ligado ao movimento rebelde em um contexto mais amplo, principalmente até o movimento rebelde de São Paulo em 1924, com o avançar das pesquisas o que se percebe é a centralização do apoio do jornal à figura de Luiz Carlos Prestes. Dessa maneira um herói foi sendo construído nas páginas do jornal e esse personagem acaba despontando como uma importante liderança em 30 até fazer, ainda no exílio na Argentina, a declaração que não só o colocará definitivamente no caminho da esquerda, bem como o afastará do pedestal heroico que o *Correio* construía para si.

Na incapacidade de continuar mantendo o apoio ao herói de outrora, o *Correio da Manhã*, mais uma vez, muda de atitude e seu apoio passa a recair sobre novas lideranças mais alinhadas com os anseios de boa parte do público leitor do jornal. Essa mudança foi feita, contudo, sem se afastar dos militares revoltosos da década de 20. Assim, mesmo que nomes como os de Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha tenham recebido maior destaques em suas páginas, ainda se encontravam presentes militares rebeldes como João Alberto e principalmente Juarez Távora.



A foto acima ilustra a primeira página do jornal no dia 15 de novembro de 1930 e a legenda dizia “a última fotografia de Juarez Távora, o grande e glorioso revolucionário de 24, cujo o papel no movimento de 30 de outubro foi decisivo para a vitória da causa libertadora”. Os tenentes de 22 e 24 nunca deixaram de estar nas páginas do *Correio da Manhã*, mesmo muitos anos após os acontecimentos, suas ações de enfrentamento da ordem política dominante eram sempre lembradas com

fervor pelo periódico. Essa é a relação que busquei demonstrar ao longo do corpo desta pesquisa. O *Correio da Manhã* manteve esses jovens oficiais rebeldes do exército brasileiro e suas ações mais radicais de contestação ao *status quo* sempre no horizonte político da classe média, manteve os *tenentes* no jogo do poder mesmo nos momentos de maior isolamento do movimento.

Essa proximidade entre o jornal e os militares rebeldes em nenhum momento foi de subserviência, não só o episódio envolvendo o manifesto de Luiz Carlos Prestes fez com que o *Correio* desferisse sua verborragia contra o antigo líder revolucionário, acusado de tentar implementar no Brasil um regime bolchevista, bem como o próprio herói do momento, Juarez Távora, sentiu o peso das tintas do jornal. Ao relatar um encontro ocorrido no Copacabana Palace entre Oswaldo Aranha, Góes Monteiro e o próprio Juarez Távora com o ex presidente Arthur Bernardes, sob o título “Dolorosa desilusão” escreveu então o *Correio*:

“Os srs. Oswaldo Aranha, ministro da justiça, Juarez Távora e Góes Monteiro, chefes revolucionários do ‘Brasil novo’, estiveram anteontem longamente com o sr. Arthur Bernardes.

Antes de serem recebidos, tiveram de esperar mais de uma hora no *hall* do Copacabana Palace, enquanto o ex senador dos sítios, das violências e das delapidações terminava outras conferências. É conveniente que o país tome conhecimento desse pequeno episódio.

Os pés que em marcha rápida e gloriosa, mediram de norte a sul a grandeza generosa do Brasil, encerraram sua campanha de quase dez anos descansando nos tapetes moles de um hotel, pacientemente na antecâmara de um político – e que político!

(...). Agora, o que nos resta? De descrença em descrença, parece que já chegamos ao mais amargo, ao mais doloroso de nossas desilusões.”⁷⁵

Ao se referir aos “pés que em marcha rápida e gloriosa, mediram de norte a sul a grandeza generosa do Brasil” o *Correio da Manhã* parece fazer relação direta com Juarez Távora. Mesmo que naquele momento, na presença de um antigo desafeto do jornal, estivessem outros personagens importantes da cena política de 30, a mão do jornal pesou muito mais contra o representante do movimento *tenentista* ali presente.

Os dias seguintes continuaram apresentando um posicionamento incrédulo do jornal com a presença de Juarez Távora naquele encontro, é como se dos “outros” se esperasse uma traição desse tipo. De um *tenente* não. Quatro dias depois do “famigerado” encontro o *Correio da Manhã* publicava em sua primeira página a reportagem “Juarez Távora e Arthur Bernardes – Que juízo o primeiro fazia do segundo.” Segundo o jornal:

“Aqui está uma carta, que nos foi enviada e que reflete perfeitamente a dolorosa impressão causada no espírito público pela visita de amizade de Juarez Távora ao sr. Arthur Bernardes:

‘Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1930. – Sr. Diretor – Não lhe posso esconder a dolorosa impressão que causou nos meios revolucionários a singular visita do sr. Juarez Távora ao sr. Arthur Bernardes. Não há motivo algum de política que justifique essa extravagante iniciativa. Havia um entendimento entre os antigos revolucionários de 22 e 24 de não terem contato direto com os antigos presidentes Eptácio e Bernardes, seus algozes.’⁷⁶

⁷⁵ *Correio da Manhã* 28 de dezembro de 1930;

⁷⁶ *Correio da Manhã* 30 de dezembro de 1930;

Como podemos perceber, há por parte do periódico uma preocupação com o movimento tenentista, a atenção que o jornal despende a muitos dos personagens centrais nas revoltas militares da década de 20 permanece presente em suas páginas mesmo após a vitória da revolução. Contudo, na primeira ação das novas lideranças políticas do país no sentido de aproximação com personagens representantes daquele Brasil oligárquico muitas vezes combatido pelo próprio jornal, o *Correio* não perdoa justamente aquele ligado ao movimento que durante todo o período foi sendo construído por seus editores.

BIBLIOGRAFIA

BAKHTIN, Mikhail M. (VOLOCHÍNOV, Valentin N.). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico nas ciências da linguagem*. 13ª edição, São Paulo: Editora Hucitec, 2012;

BUCCI-GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado*. Ed. Paz e Terra, São Paulo, 2ª edição, 1990;

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988;

CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: O Poder desestabilizador*. IN: Forças Armadas e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005;

COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca da Identidade. O Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro, Forense, 1976;

CRUZ, Heloísa de Faria & PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*. In: *Projeto História*, São Paulo, n° 35;

DRUMMOND, Jose Augusto. *O Movimento Tenentista: a intervenção militar e conflito hierárquico (1922-1935)*. Rio de Janeiro, Graal, 1986;

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930. Historiografia e História*. 10ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986;

_____ *História geral da civilização brasileira*. T. 3: O Brasil Republicano. v. 2: Sociedade e instituições. São Paulo, Difel, 1977;

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A Reação Republicana e a crise política dos anos 20*. In: Revista Estudos Histórico, Rio de Janeiro, vol. 6, n.º 1, 1993.

FORFAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Política*. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1977;

FRITSCH, Winston. *1922: A crise econômica*. In: revista estudos históricos, Rio de Janeiro, vol.: 11, Ed.: FGV, 1993;

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo, Ed. Companhia das letras, 1987;

LEAL, Carlos Eduardo. "Correio da Manhã". In: ABREU, Alzira de (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001;

LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio de periódicos*. In: PINKSY, Carla Bassanesi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008;

MARTINS, Ana Luiza. *Da fantasia à história: folheando páginas revisteiras*. In: História [online]. vol.22, no 1;

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco;
FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (orgs.). **História e Imprensa:** representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2006;

PRESTES, Anita Leocádia. *O Tenentismo Pós1930: Continuidade ou ruptura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999;

_____ *A Coluna Prestes*. São Paulo, ed. Brasiliense, 1990;

_____ *A Coluna Prestes: uma proposta de trabalho*. In. *Revista de História*, São Paulo, 1985, nº 118;

RÉMOND, Rene. *Do político, in: Por uma história política*. Rio de Janeiro, UFRJ/FGV, 1996;

SANTA ROSA, Virgílio. *O sentido do Tenentismo*. 3º ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976;

SILVA, Wlamir. *A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais (1825-1842)*, in: NEVES, Lúcia Maria. B. P. das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia M. Bessone da C. (org.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A / FAPERJ, 2006;

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965;

VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012;